



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 014 SEXTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º (Vago)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹²⁾ Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹³⁾	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²¹⁾ Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁹⁾ Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽³⁾	Bloco Parlamentar Democracia Participativa (PP/PSB/PPS) - 12 Líder Lídice da Mata - PSB ⁽¹⁵⁾ Vice-Líderes Benedito de Lira ^(14,16) José Medeiros ^(17,18) João Capiberibe ^(1,11) Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(14,16) Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,11) Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(17,18)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB ^(7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁶⁾ Eduardo Amorim ⁽⁵⁾ Marcelo Crivella ^(2,4) Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(7,8) Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁶⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁵⁾ Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,4)	PT - 14 Líder Humberto Costa - PT ⁽²²⁾	PDT - 6 Líder Acir Gurgacz - PDT ⁽¹⁰⁾ Vice-Líder Telmário Mota ⁽⁹⁾
PCdoB - 1 Líder Vanessa Grazziotin - PCdoB ⁽²⁰⁾	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽²⁴⁾	

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE	
Nº 2/2015	5
2 – ATA DA 11ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2015.....	6
2.1 – ABERTURA.....	6
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	6
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
2.2.1.1 – Requerimentos	
Nº 49/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	6
Nº 50/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores, solicitando realização de sessão especial, em 27 de abril próximo, destinada a comemorar a data de inauguração da Rede Sarah de hospitais e a homenagear seu fundador, Sr. Aloysio Campos da Paz Júnior.....	7
Nº 51/2015, de autoria do Senador João Capiberibe, solicitando a convocação do Advogado-Geral da União para prestar esclarecimentos.....	7
Nº 52/2015, de autoria do Senador João Capiberibe, solicitando informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União.....	8
2.2.1.2 – Projeto de Decreto Legislativo	
Nº 5/2015, de autoria do Senador João Capiberibe, que <i>susta a Instrução Normativa – TCU nº 74, de 11 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a fiscalização do Tribunal de Contas da União, com base no art. 3º da Lei nº 8.443/1992, quanto à organização do processo de celebração de acordo de leniência pela administração pública federal, nos termos da Lei 12.846/2013</i>	9
2.2.2 – Oradores	
SENADOR PAULO PAIM – Defesa da rejeição do veto apostado à lei que reduz o INSS do empregado doméstico; e outros assuntos	10
SENADOR ALVARO DIAS – Críticas ao Governo Federal pelos recentes escândalos de corrupção	14
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Desaprovação do modelo político-eleitoral vigente no País	19
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Críticas à aprovação, pelo TCU, da Instrução Normativa nº 74/2015, que determina que os acordos de leniência terão que ser submetidos à apreciação daquele órgão	25
SENADOR REGUFFE – Defesa da isenção de imposto sobre medicamentos.....	29
SENADOR JOSÉ MEDEIROS, como Líder – Homenagem ao ex-Senador Jonas Pinheiro; e outro assunto	30
2.3 – ENCERRAMENTO.....	33
3 – ATOS ADMINISTRATIVOS	
3.1 – PORTARIAS DO PRESIDENTE	
Nº 2/2015, de dispensa do servidor Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho da Função Comissionada de Diretor-Geral, símbolo FC-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.....	34
Nº 3/2015, de recondução do servidor Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho para a Função Comissionada de Secretário-Geral da Mesa, símbolo FC-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.....	34
Nº 4/2015, de dispensa da servidora Ilana Trombka da Função Comissionada de Diretora-Geral Adjunta de Gestão, símbolo FC-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, bem como de sua designação para a Função Comissionada de Diretora-Geral, símbolo FC-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal	34
Nº 5/2015, de exoneração do servidor Davi Emerich do Cargo em Comissão de Diretor de Secretaria, símbolo SF-03, da Secretaria de Comunicação Social.....	34
Nº 6/2015, de nomeação da servidora Virgínia Malheiros Galvez para o Cargo em Comissão de Diretora de Secretaria, símbolo SF-03, da Secretaria de Comunicação Social.....	34

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação	35
Bancadas dos Partidos	36
Por ordem alfabética	37

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 38**6 – LIDERANÇAS** 39**7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 40**8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	42
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	44
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	44
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	45
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	46
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	46
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	47
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	49
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	50
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	51
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	52
CSF – Comissão Senado do Futuro	52

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)	53
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	54
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	55
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)	55
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005)	55
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)	56
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)	57
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	58
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	60
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)	61
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	62
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	63

CONGRESSO NACIONAL**10 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	64
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	70
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	70
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	71
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	71
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)	72

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	73
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	74
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	75

SENADO FEDERAL

NOMEAÇÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 2, DE 2015

Conforme a Resolução nº 9, de 2013, do art. 1º resolve nomear a Senadora Vanessa Grazziotin como Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senadora Vanessa Grazziotin como Procuradora da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 2015. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº 5685 Seção 2, de 12/02/2015

Ata da 11ª Sessão, Não Deliberativa, em 19 de fevereiro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Paulo Paim,
Hélio José e João Capiberibe.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 16 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB – PR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2015

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a existência de financiamento de obras na Guiné Equatorial com recursos do BNDES.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a existência de financiamento de obras na Guiné Equatorial com recursos do BNDES:

1. Há obras na Guiné Equatorial que tenham recebido recursos do BNDES?
2. Qual o montante de recursos do BNDES destinado ao financiamento público de obras de empresas brasileiras na Guiné Equatorial nos últimos dez anos?
3. Relacionar quais empresas brasileiras receberam recursos do BNDES para executar essas obras e o montante destinado a cada uma delas.
4. Quais os critérios adotados pelo BNDES na seleção das obras/países beneficiados com recursos do Banco?

Justificação

Em matéria publicada no jornal O Globo de hoje, 19 de fevereiro, é noticiado que construtoras brasileiras que atuam na Guiné Equatorial patrocinaram a agremiação Beija-Flor, a grande vencedora do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro.

As empresas que financiaram a homenagem ao país africano atuam naquele país por meio de propostas do governo federal, que se especializou em bancar investimentos em ditaduras africanas.

A nota, divulgada pela embaixada, não informa quais empresas teriam doado verbas para a agremiação.

Em entrevista ao jornal "O Globo", o carnavalesco Fran-Sérgio, integrante da comissão de carnaval da escola carioca, citou algumas construtoras como patrocinadoras do evento.

Diante da necessidade de fiscalizar a destinação e a aplicação de recursos públicos, principalmente em outros países, é que encaminho o seguinte requerimento de informações ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2015. – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2015

Requeremos, nos termos dos artigos 154 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado no dia 27 de abril de 2015, segunda-feira, às 11h, destinada a comemorar a data de inauguração do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek e homenagear “**in memoriam**” ao médico e cientista Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede Sarah de Hospitais, pelos mais de 60 anos dedicados aos cuidados com a saúde do povo brasileiro.

Justificação

Com o objetivo de dotar Brasília de moderno centro de reabilitação foi inaugurado pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 21 de abril de 1960, o Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek, ligado à Fundação das Pioneiras Sociais.

O médico ortopedista Aloysio Campos da Paz Junior foi encarregado de dirigir o Centro, tendo a oportunidade de aplicar os conhecimentos aprendidos em Oxford no desenvolvimento de um Conselho Comunitário para apoiar politicamente o projeto.

Desde então, o Congresso Nacional conviveu com a presença marcante de Aloysio Campos da Paz Júnior, fundador da Rede Sarah de Hospitais, buscando viabilizar os recursos necessários para a implantação e manutenção do projeto que nasceu em Brasília e se transformou em referência mundial na medicina. Hoje a Rede Sarah está implantada em mais sete estados da Federação, além das duas unidades do Distrito Federal.

O Dr. Campos da Paz provou que é possível fazer medicina pública no país com qualidade, eficiência, seriedade e com humanismo.

Ao longo de sua trajetória, buscou fixar-se no objetivo de reabilitar o ser humano, tratando-o integralmente e apostando no potencial do indivíduo para melhorar a sua qualidade de vida, mesmo diante de graves sequelas.

Nascido no Rio de Janeiro, o Dr. Campos adotou Brasília como sua cidade natal e aqui esteve ao lado de grandes nomes de sua história, como Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Athos Bulcão e Darcy Ribeiro.

Homenagear um brasileiro desse quilate e sua obra que tanto contribuiu para a saúde pública é uma exigência cívica e de consciência, que faz o Senado Federal cumprir sua missão que também se expressa na preservação da memória dos grandes brasileiros e no reconhecimento do valor de seu trabalho.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque** – Senadora **Ana Amélia** – Senador **Reguffe** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Capiberibe**.

(À Publicação)

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2015

Com base no disposto no caput do art. 50 da Constituição Federal, REQUEIRO seja CONVOCADO o Ministro LUIZ ADAMS, Advogado Geral da União, a fim de prestar os devidos esclarecimentos a respeito da edição da Instrução Normativa – TCU nº 74, de 11 de fevereiro de 2015, que “dispõe sobre a fiscalização do Tribunal de Contas da União, com base no art. 3º da Lei nº 8.443/1992, quanto à organização do processo de celebração de acordo de leniência pela administração pública federal, nos termos da Lei 12.846/2013.

Justificação

A sociedade brasileira foi tomada de surpresa – e perplexidade – com a edição, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de Instrução Normativa destinada a disciplinar a atuação daquele órgão auxiliar do Congresso Nacional nos chamados “processos de celebração de acordos de leniência”, uma espécie de delação premiada das empresas envolvidas em irregularidades em seus contratos com a Administração Pública.

As competências do Tribunal de Contas da União estão disciplinadas a partir do art. 71 da Constituição Federal, que caracteriza o referido órgão como “auxiliar” do Congresso Nacional, este sim titular do CONTROLE EXTERNO da Administração Pública.

A Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443, de 1992) detalha essas competências definidas na Constituição, bem como dispõe minuciosamente sobre os procedimentos de fiscalização e as penalidades cabíveis em caso de irregularidades administrativas.

Não pode, todavia, aquela Corte, ao regulamentar atribuições, CRIAR OUTRAS, fato notório na referida Instrução Normativa, que ora pretendemos impugnar.

É o CONGRESSO NACIONAL – e não o seu órgão auxiliar – quem dispõe do poder de legislar e adicionar competências ao TCU.

Competência de tamanha envergadura – que pode dar ao TCU o poder de validar acordos, por exemplo, das empresas investigadas na OPERAÇÃO LAVA JATO por crimes como corrupção e formação de quadrilha –

não devem e não PODEM ser decididas internamente por aquela Casa, o que configura explícita violação do já mencionado art. 71 da Constituição.

Ademais, causa espanto a forma como o referido ato foi editado, sem prévia sequer ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do TCU (MP-TCU), órgão que, obrigatoriamente emite parecer em todas as matérias que serão submetidas a apreciação e aprovação pelos nove Ministros. Verifica-se, portanto, mais uma infração também de natureza constitucional, uma vez que não foi respeitado o art. 130 da Constituição Federal, o qual dispõe sobre as competências dos membros do Ministério Público junto ao TCU.

Ademais, além de não haver manifestação oficial do MP-TCU, causa espanto a pressa com o Ato foi editado e as denúncias de ingerência de órgãos do Poder Executivo na elaboração do texto.

As informações são de que o Ministro Luiz Adams, embora do Poder Executivo, teve papel importante na elaboração do referido Ato,

Assim, com o propósito de que o Senado Federal seja esclarecido, responsável pelo controle externo da Administração Pública, juntamente com a Câmara dos Deputados, solicitamos a aprovação deste Requerimento pelos nossos ilustres Pares, a fim de que Sua Excelência venha prestar informações a esta Casa.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2015. – Senador **João Capiberibe**, PSB/AP.

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2015

Requeiro, nos termos do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, informações sobre a Instrução Normativa -TCU nº 74, de 11 de fevereiro de 2015, englobando os seguintes aspectos:

- Considerando a edição da Lei nº 12.846/2013, qual foi o rito seguido na elaboração da Instrução Normativa sobre a organização do processo de celebração de acordo de leniência pela administração pública federal;
- Apresentar a documentação correspondente;
- De que forma o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União participou, por meio de sugestões ou consultas, do processo de elaboração da Instrução em tela;
- Houve, ainda, intercâmbio de informações com a Advocacia-Geral da União e/ou Controladoria-Geral da União no referido processo.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira foi tomada de surpresa – e perplexidade – com a edição, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de Instrução Normativa destinada a disciplinar a atuação daquele órgão auxiliar do Congresso Nacional nos chamados “processos de celebração de acordos de leniência”, uma espécie de delação premiada das empresas envolvidas em irregularidades em seus contratos com a Administração Pública.

As competências do Tribunal de Contas da União estão disciplinadas a partir do art. 71 da Constituição Federal, que caracteriza o referido órgão como “auxiliar” do Congresso Nacional, este sim titular do CONTROLE EXTERNO da Administração Pública.

A Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443, de 1992) detalha essas competências definidas na Constituição, bem como dispõe minuciosamente sobre os procedimentos de fiscalização e as penalidades cabíveis em caso de irregularidades administrativas.

Não pode, todavia, aquela Corte, ao regulamentar atribuições, CRIAR OUTRAS, fato notório na referida Instrução Normativa, que ora pretendemos impugnar.

É o CONGRESSO NACIONAL – e não o seu órgão auxiliar – quem dispõe do poder de legislar e adicionar competências ao TCU.

Competência de tamanha envergadura – que pode dar ao TCU o poder de validar acordos, por exemplo, das empresas investigadas na OPERAÇÃO LAVA JATO por crimes como corrupção e formação de quadrilha – não devem e não PODEM ser decididas internamente por aquela Casa, o que configura explícita violação do já mencionado art. 71 da Constituição.

Ademais, causa espanto a forma como o referido ato foi editado, sem prévia sequer ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do TCU (MP-TCU), órgão que, obrigatoriamente emite parecer em todas as matérias que serão submetidas a apreciação e aprovação pelos nove Ministros. Verifica-se, portanto, mais uma infração também de natureza constitucional, uma vez que não foi respeitado o art. 130 da Constituição Federal, o qual dispõe sobre as competências dos membros do Ministério Público junto ao TCU.

Ademais, além de não haver manifestação oficial do MP-TCU, causa espanto a pressa com o Ato foi editado e as denúncias de ingerência de órgãos do Poder Executivo na elaboração do texto.

Assim, com o propósito de que o Senado Federal, responsável pelo controle externo da Administração Pública, juntamente com a Câmara dos Deputados, solicitamos a aprovação deste Requerimento pelos nossos ilustres Pares, a fim de que Sua Excelência venha prestar esclarecimentos a esta Casa.

Sala das Sessões, – Senador **João Capiberibe**, PSB/AP.

(À publicação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2015

Susta a Instrução Normativa – TCU nº 74, de 11 de fevereiro de 2015, que “dispõe sobre a fiscalização do Tribunal de Contas da União, com base no art. 3º da Lei nº 8.443/1992, quanto à organização do processo de celebração de acordo de leniência pela administração pública federal, nos termos da Lei 12.846/2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É sustada a Instrução Normativa nº 74, de 11 de fevereiro de 2015, que “dispõe sobre a fiscalização do Tribunal de Contas da União, com base no art. 3º da Lei nº 8.443/1992, quanto à organização do processo de celebração de acordo de leniência pela administração pública federal, nos termos da Lei 12.846/2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A sociedade brasileira foi tomada de surpresa – e perplexidade – com a edição, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de Instrução Normativa

destinada a disciplinar a atuação daquele órgão auxiliar do Congresso Nacional nos chamados “processos de celebração de acordos de leniência”,

uma espécie de delação premiada das empresas envolvidas em irregularidades em seus contratos com a Administração Pública.

As competências do Tribunal de Contas da União estão disciplinadas a partir do art. 71 da Constituição Federal, que caracteriza o referido órgão como “auxiliar” do Congresso Nacional, este sim titular do CONTROLE EXTERNO da Administração Pública.

A Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443, de 1992) detalha essas competências definidas na Constituição, bem como dispõe minuciosamente sobre os procedimentos de fiscalização e as penalidades cabíveis em caso de irregularidades administrativas.

Não pode, todavia, aquela Corte, ao regulamentar atribuições, CRIAR OUTRAS, fato notório na referida Instrução Normativa, que ora pretendemos impugnar.

É o CONGRESSO NACIONAL – e não o seu órgão auxiliar – quem dispõe do poder de legislar e adicionar competências ao TCU.

Competência de tamanha envergadura – que pode dar ao TCU o poder de validar acordos, por exemplo, das empresas investigadas na OPERAÇÃO LAVA JATO por crimes como corrupção e formação de quadrilha – não devem e não PODEM ser decididas internamente por aquela Casa, o que configura explícita violação do já mencionado art. 71 da Constituição.

Ademais, causa espanto a forma como o referido ato foi editado, sem prévia sequer ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do TCU (MP-TCU), órgão que, obrigatoriamente emite parecer em todas as matérias que serão submetidas a apreciação e aprovação pelos nove Ministros. Verifica-se, portanto, mais uma infração também de natureza constitucional, uma vez que não foi respeitado o art. 130 da Constituição Federal, o qual dispõe sobre as competências dos membros do Ministério Público junto ao TCU.

Ademais, além de não haver manifestação oficial do MP-TCU, causa espanto a pressa com o Ato foi editado e as denúncias de ingerência de órgãos do Poder Executivo na elaboração do texto.

Assim, cumprindo o que dispõe o art. 49, incisos V e XI, solicitamos aos nossos ilustres pares a aprovação URGENTE desta proposição.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2015. – Senador **João Capiberibe**, PSB/AP.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais**Emendas Constitucionais de Revisão****Ato das Disposições Constitucionais Transitórias****Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º**ÍNDICE TEMÁTICO

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV – realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V – fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII – prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB – PR) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul. V. Exª dispõe do tempo que necessitar no dia de hoje.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente Alvaro Dias, eu lhe confesso que a notícia que o senhor me deu aqui minutos atrás, deixou-me satisfeito – já pedi ao meu gabinete que entre no seu Facebook –, sobre a repercussão do debate que fizemos ontem, aqui,

sobre as candidaturas avulsas e que a ampla maioria da população é favorável. Isso mostra que a democracia quanto mais participativa é melhor para todos, e o povo, pelas informações que V. Ex^a me deu, entendeu a mensagem que nós todos passamos no debate de ontem, à tarde, aqui.

Mas, Sr. Presidente, hoje vou falar de dois temas, e um deles é um tema que esta Casa aprofundou, discutiu, debateu, mas, infelizmente, não virou lei. Refiro-me à lei da redução de INSS do empregado doméstico. Eu recebi correspondência do Instituto Doméstica Legal (IDL), que lançou, no dia 2 de fevereiro, uma petição pedindo ao Congresso Nacional que se construa um entendimento para a derrubada do veto ao projeto de lei da redução do INSS do empregado doméstico.

Segundo eles, estão tentando, com esse movimento, que não é contra ninguém, evitar a demissão de 200 mil empregados na área doméstica e estimular a formalização de pelo menos um milhão de empregados domésticos.

Neste mês de fevereiro, nós, Parlamentares, deveremos votar o veto ao Projeto de Lei nº 7.082, de 2010. É bom lembrar que esse projeto é da minha amiga, colega, que não está mais no Senado, mas deixou aqui uma grande obra, a nobre Senadora petista Serys Slhessarenko.

O que diz o projeto? Ele reduz a alíquota do INSS do empregador doméstico de 12% para 6% – repito: reduz a alíquota do INSS do empregador doméstico de 12% para 6% – e a do empregado doméstico, de 8%, 9% e 11% para 6%. Ele é o resultado de uma campanha vitoriosa do abaixo assinado “Legalize sua doméstica e pague menos INSS”.

A campanha foi realizada pelo Instituto Doméstica Legal, que teve início em maio de 2005 e levantou mais de 65 mil assinaturas. Após seis anos de tramitação – um no Senado e cinco na Câmara –, o projeto, enfim, foi aprovado no Congresso Nacional.

Segundo o IDL – abro aspas –, “O emprego doméstico no Brasil diminuiu 760 mil postos de trabalho entre 2009 e 2013, passando de 7,2 milhões para 6,4 milhões, devido à instabilidade na regulamentação dos direitos legítimos das domésticas e dos domésticos”.

Com a regulamentação dos novos direitos aprovados – por nós todos aqui – pela PEC das Domésticas, eles passarão a ter FGTS, seguro-desemprego, enfim, os direitos básicos. Virá um aumento, portanto, de mais 8% nos custos do empregador doméstico, passando dos atuais 12% para em torno de 20% sobre o salário pago, o que afetará, e muito, o setor, pois muitos empregadores – trabalhadores e trabalhadoras, também, que têm obrigatoriamente que contratar alguém para que possam se dirigir aos seus postos de trabalho – não conseguirão arcar com as despesas trabalhistas e poderão até demitir – como diz, aqui, o levantamento – os seus empregados.

Hoje, somente 1.312.811 empregados domésticos têm seu INSS recolhido mensalmente, ou seja, dos 6,4 milhões de empregados domésticos, somente 20,44% são formais e cerca de 5,1 milhões de empregados domésticos trabalham sem a carteira de trabalho assinada, sem nenhum direito trabalhista ou previdenciário e sem o seguro-desemprego, o que equivale a mais ou menos 80% na informalidade.

A redução da alíquota do INSS irá estimular a legalidade no setor, ajuda o pequeno empregador – que é aquele que tem a sua empregada ou empregado doméstico –, muitas domésticas terão suas carteiras assinadas e seus direitos trabalhistas garantidos, como aposentadoria, férias, décimo terceiro salário, hora-extra, fundo de garantia, como têm os outros trabalhadores.

A derrubada desse veto – repito sempre – não é contra ninguém. É um pedido dos trabalhadores do setor e de seus representantes, como, por exemplo, o Presidente do Instituto Doméstica Legal, Mario Avelino, a fim de que se evite a demissão de empregados domésticos formalizados e se estimule a formalização de pelo menos mais um milhão de empregados domésticos, pois somente, repito, em torno de 20% tem, de fato, a Carteira de Trabalho assinada.

O IDL pontua que, no período de 2011 a 2014, para evitar demissões e gerar mais empregos – e ele não contesta –, foi desonerado o INSS da maioria das empresas de grande porte, também do Micro Empreendedor Individual (MEI) e do Contribuinte Facultativo (dona de casa, estudante, etc.), além de vários impostos, chegando a cerca de 340 bilhões, o que teve impacto positivo na economia e, também, nos empregos. Mas, por outro lado, pondera que, chegada a vez do emprego doméstico, o projeto foi vetado. É preciso olhar com carinho os empregos domésticos. Por isso, nossas preocupações aqui levantadas em relação ao veto posto.

O IDL espera que o trabalhador doméstico também seja valorizado e que a profissão seja devidamente reconhecida. A derrubada desse veto vai garantir a formalização para mais, eu diria, de um milhão, dois milhões de trabalhadores.

Por isso, a importância deste debate. Muitas vezes, nós votamos aqui e construímos até um entendimento. Os vetos são derrubados por acordos, e quem sabe não será este e também o do Fundo de Garantia, como também o do Imposto de Renda, que debatemos, ontem, amplamente e foi unânime. Todos os Sena-

dores acham que pode se construir um acordo para garantir a tabela do Imposto de Renda atualizada para 6,5 e que o empregador possa, a partir do projeto correspondente ao empregado doméstico, ter redução no pagamento do INSS do seu empregado. Com isso, o empregado não terá nenhum prejuízo – nenhum prejuízo –, porque estará garantido, e o Governo, então, estará desonerando também, este sim, o pequeno, pequeno, pequeníssimo empregador e aquele que tem o seu empregado ou empregada doméstica.

Mas, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, sou obrigado a tratar de um outro tema, aqui, um pouco constrangido, mas vou tratar. E sei que tanto os Parlamentares da oposição como da situação, ou mesmo o Executivo, hão de entender as minhas preocupações com o tema que relatei, como já relatei também e comentei as duas MPs, que mexe no seguro-desemprego, mexe no 14º para quem ganha até dois salários mínimo, mexe no seguro defeso e mexe também na pensão da viúva, que eu espero, também, possamos dialogar e construir o entendimento.

Mas o que eu vou falar agora é um pedido de milhares e milhares de correspondências que recebi, que é do Fies – Fundo de Financiamento Estudantil. E essa moçada está pedindo: Senador, fale do Fies, fale do Fies, pelo amor de Deus, porque está indo por um caminho com que a gente está ficando cada vez mais preocupado. Já não é fácil de pagar, daí que não vamos conseguir pagar e ter esse financiamento.

Sr. Presidente Alvaro Dias, nós todos trabalhamos aqui, sei que votamos com muita consciência e podemos dizer, de boca cheia, com orgulho, que um dos maiores projetos do Governo Federal pelo qual nós todos temos um grande carinho é o ProUni – Programa Universidade para Todos.

Temos uma grande admiração por esse programa, trabalhamos desde o início, porque entendíamos que era um caminho para facilitar o acesso da juventude pobre, principalmente, à universidade. Ele tem um alcance social enorme, e fico feliz, porque até agora ninguém falou em mexer no ProUni, que está sendo mantido firme e forte. Então, não vou falar do ProUni, porque ninguém, pelo menos até o momento, falou em mexer no ProUni.

No entanto, pelo que me tem sido colocado – e vou discorrer sobre isso –, não está acontecendo o mesmo em relação a outro programa fundamental para a nossa juventude, que também foi motivo de festa quando o aprovamos e depois o atualizamos. Vou falar sobre o Fundo de Financiamento Estudantil, o conhecido Fies, porque me preocupa, e muito, Sr. Presidente. E é por essa preocupação que trago a questão a esta tribuna do Senado.

O Fies, programa do Ministério da Educação, é destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Em 2010, o Fies passou a funcionar em um novo formato. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE passou a ser o agente operador do programa, e os juros – por isso eu falei das mudanças – caíram para 3,4% ao ano. Além disso, passou a ser permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano. Portanto, o Fies tem destacado papel na história da nossa pátria, principalmente quando todos nós falamos que a salvação da pátria é a educação. Porém, Sr. Presidente, tenho que trazer aqui, por isso falei um pouco constrangido, que, durante o mês de janeiro e agora em fevereiro, o nosso gabinete, enfim, os espaços dos Senadores começaram a receber reclamações a respeito de corte nos investimentos do Fies.

Recebemos mensagens – está tudo no meu gabinete, se alguém quiser verificar, são centenas, para não dizer milhares – do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, entre outros Estados, todos mostrando preocupação.

Para exemplificar, leio o ofício recebido lá do interior do Rio Grande, lá da querida cidade em que já estive – eu nasci em Caxias, cresci em Canoas, mas estive em Jaguari –, recebido da Câmara de Vereadores de Jaguari, Município distante 400km de Porto Alegre, com uma população em torno de 11.500 habitantes. Diz o ofício que eu recebi da Câmara de Vereadores de Jaguari:

Ilustríssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, [nobre Senador], na oportunidade, atendendo solicitação verbal do Vereador Lucas Denardi Cattelan (PMDB) e, sobretudo, em nome dos estudantes universitários de Jaguari, manifestamos a indignação deste Poder Legislativo com a atitude do Governo Federal de cortar R\$7 bilhões do Ministério da Educação, atingindo especialmente o FIES, programa de financiamento estudantil para [todos] os brasileiros [principalmente] mais pobres.

Neste momento, o ministério da Educação continua mantendo o sistema de Inscrições no FIES fora do ar...

Sr. Presidente, lembro que este ofício que aqui eu li é de 10 de janeiro causando desesperança em mais de um milhão e quinhentos mil universitários em todo o Brasil. Entre eles, é claro, destaco aqui os estudantes da pequenina cidade de Jaguari.

Neste sentido, pedimos a Vossa Excelência que nos auxilie no referido pleito [solicitando ao] Governo Federal, através da força do seu mandato [enfim, dos Senadores], livres e independentes, para que o Ministério da Educação mantenha o FIES e libere as novas inscrições para o programa.

Sendo o que tínhamos para o momento [a dizer], reiteramos nossa consideração e apreço. Atenciosamente [em nome dos vereadores desta cidade]

Vereadores Lucas Cattelan – Secretário, e

Callegaro Tambara – Presidente.

Sr. Presidente, encaminhamos ofício que recebi ao gabinete do Ministro, à Secretaria de Políticas e Programas de Graduação e à Assessoria Parlamentar do Ministério da Educação. Pedimos informações precisas sobre toda essa situação. Estamos aguardando. Não recebi nenhum retorno. Gostaria de vir para a tribuna dizendo que recebi o ofício de Jaguari e de outros Estados, encaminhei ao Ministério e tinha uma resposta para dar, para o bem ou para o mal. Mas não tenho resposta nenhuma para dar, porque não me responderam nada.

Como eu disse antes, o ProUni e o Fies são programas pelos quais eu tenho grande admiração e carinho. Eles fazem a diferença para muita, muita gente. E por isso precisamos olhar com cuidado, com atenção, com o carinho que a nossa juventude merece.

Eu que fui relator aqui do Estatuto da Juventude, e não porque fui relator, porque foi uma construção coletiva e aprovamos aqui por unanimidade, então todos trabalharam nesse sentido... Lá nós já fortalecíamos essa ideia da educação com programa semelhante. Lembro aqui, sempre, o ProUni e o próprio Fies.

Portanto, quero informar aos meus queridos Senadores e Senadoras e ao povo brasileiro que estamos solicitando uma audiência pública na Comissão de Educação para tratar desse assunto. Encaminhei o pedido. Não deu para registrar o pedido, porque as comissões ainda não foram eleitas.

Daí eu faço mais um apelo ao colégio de Líderes. Nós estamos chegando em março já, e nós não estamos trabalhando nas comissões. A comissão é como se fosse o berçário dos grandes projetos. Tudo passa pelas comissões. Eu não entendo. Janeiro, fevereiro, março... E, quando questionada a Presidência da Casa, disseram que os Líderes não indicaram nomes para as comissões nem o pleito de quem deve ser o presidente, respeitando o princípio, que eu defendo, da proporcionalidade. Sei também que o próprio – questão de justiça – Senador Valdir Raupp também pretende encaminhar um pedido de audiência pública sobre o Fies, na mesma linha daquilo que ele já vem falando e que eu também falo na tribuna. Mas é fundamental, Sr. Presidente, que não protelem mais.

A semana que vem... E V. Ex^a mesmo, Senador Alvaro Dias, acho que ontem usou o termo: tudo começa depois do Carnaval. Pois bem, o Carnaval termina este fim de semana, não é? Já terminou na quarta-feira de cinzas, mas eu sei que alguns estendem até domingo à noite. Mas semana que vem não tem por que as comissões não serem instaladas e nós começarmos a trabalhar normalmente. Aí, quando a população reclama... Veja bem, não estou falando da sessão de hoje, nada disso. Só estou fazendo um apelo para que, na semana que vem, a gente instale as comissões e comece.

Nós temos que debater as MPs, por exemplo, do seguro-desemprego, a questão dos pescadores está também na MP, a questão do 14º para quem ganha até dois salários mínimos, que está também na MP, a questão das viúvas que passarão a receber, conforme o caso, entre aspas, “somente” 50%. Temos que debater isso. Ninguém vai votar sem aprofundar o debate.

E é por isso, Sr. Presidente, que eu venho à tribuna mais uma vez. Já falei com o Presidente da Casa e ele me disse: “Faça o apelo em plenário, Paim. Eu já fiz o meu apelo. Faça o apelo em plenário para que os Líderes indiquem”. Por favor. Como dizia o grande e inesquecível Ulysses Guimarães, que repousa até hoje no fundo do mar, depois que o helicóptero caiu e até hoje não apareceu o corpo: “Votem! Decidam!” E se vota como? Indo para as comissões. O mais velho assume – eu defenderei sempre o princípio da proporcionalidade – e o partido que tem direito a indicar o presidente e o vice, ou os vices, conforme o partido, indica e vamos votar, vamos começar a produzir. Muitas questões estão acontecendo e não dá para ficarmos nesse faz de conta que nada está acontecendo. Tudo está acontecendo.

Sr. Presidente, eu não vou comentar aqui, mas fiz um outro pronunciamento, que vou deixar para aprofundar semana que vem, em que faço uma análise, assessorado pelo Dieese principalmente, das duas MPs: da 664, de 2014, e da 665, de 2014, em que pretendemos construir – esperamos que todos os santos ajudem – um grande entendimento entre o Congresso e o Executivo, para que o trabalhador não seja prejudicado pelo formato original com que elas aqui chegaram.

O direito a discordar é legítimo de todos, mas ninguém conseguiu me convencer de que o trabalhador não é prejudicado, e a viúva ou o viúvo, o pescador e aquele que tem direito ao 14º correspondente a um salá-

rio mínimo. Repito, quem tem direito a 14º, nós estamos tratando aqui daqueles que ganham até dois salários mínimos, somente esses.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância de V. Exª. Acabei comentando três temas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB – PR) – Solicito..

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Se V. Exª me permitir ainda...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB – PR) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Eu quero fazer um convite a V. Exª e a todos.

Como vim do Sistema S, a minha formação de menino vendedor de frutas na feira de Porto Alegre foi a partir do momento em que tirei o meu curso no Senai, curso que me garantiu uma profissão e, consequentemente, daí para a frente eu dei um rumo a minha vida.

Então, segunda-feira, nós teremos aqui, às 11 horas, uma sessão de homenagem ao Sistema S, mais precisamente, nesse caso, ao Senac. E, aqui, se V. Exª permitir, eu só faço este registro que deixa muito claro:

Senado Federal

Secretaria Geral da Mesa

A Presidência comunica aos Senadores e Senadoras que será realizada sessão especial no dia 23 de fevereiro, segunda-feira, às 11 horas, destinada a celebrar os 69 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Senac, nos termos do Requerimento 957, de 2014, apresentado por este Senador.

E vou dizer por que fizemos agora.

Recebemos também – e acho que vai ter solução rápida – que aquelas empresas e setores que apostaram no Pronatec estão sem receber o correspondente ao seu orçamento, porque o orçamento não foi votado desde novembro. Isso também nos preocupa. E nessa sessão a gente aproveita para comentar sobre a importância do Pronatec.

Do Pronatec eu falo com muito orgulho, Senador Alvaro Dias, porque apresentei o Fundep. Quando apresentei o Fundep, era um fundo especial para a formação técnica profissional. Depois de um período surgiu o Pronatec, que vai na mesma linha. Então o Pronatec hoje é um instrumento fundamental para a formação da mão de obra do povo brasileiro. Por isso nós temos que também nos lembrar de valorizá-lo.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB – PR) – Solicito a V. Exª que assuma a Presidência, Senador Paulo Paim.

O Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT– RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores presentes ou ausentes, hoje tive o cuidado de analisar a mídia, o *clipping* de jornais que é fornecido aos Srs. Senadores, e é deplorável verificar que as páginas de política dos jornais brasileiros se transformaram em verdadeiras páginas policiais. É uma provação, é um desconforto. Verifica-se que se tratar de verdadeiro calvário a ser percorrido pelas pessoas que integram a seleção do bem no País e teimam em participar da atividade pública brasileira em um tempo de desencanto sem precedentes na História do nosso País.

E a indagação ao folhear esse *clipping* de notícias é: até quando? Quando substituiremos essas notícias trágicas por notícias que possam significar desenvolvimento econômico com justiça social? Um País oferecendo aos seus cidadãos um tempo de trabalho e dignidade com o respeito da autoridade pública.

É evidente que há aqueles que não se conformam, mas há aqueles que procuram encontrar justificativas para todos esses escândalos. Nós não nos conformamos quando vislumbramos à nossa frente, inclusive aqui desta tribuna, Parlamentares tentando justificar os escândalos atuais e realizando um esforço notável para buscar escândalos do passado que pudessem aplacar consciências no presente, como se isso fosse possível, como se isso fosse admissível. E o que há é uma conexão entre os vários escândalos ocorridos nos últimos anos.

A conclusão que devemos buscar é qual a causa desses escândalos. Foram 12 anos de um modelo praticado com dedicação por aqueles que ocuparam o poder no País, modelo que beneficia apenas os chupins da República. Trata-se de um modelo que se transformou na matriz geradora dos sanguessugas, dos gafanhotos, dos mensaleiros e dos chamados, entre aspas, “petroleiros” desse momento do grande escândalo da Petrobras.

Há uma conexão entre os vários escândalos. O escândalo do mensalão foi denominado um complexo e sofisticado escândalo de corrupção idealizado por uma organização criminosa em nome de um projeto de poder de longo prazo. E eu indago: o que é o escândalo Petrobras? Não é exatamente isso? Não é também

um complexo e sofisticado escândalo de corrupção perpetrado por uma organização criminosa, a pretexto de sustentar um projeto de poder de longo prazo, mas que deu margem ao enriquecimento ilícito daqueles que não estão preocupados com o projeto de poder?

Nós não podemos nos conformar com isso. A causa é esse modelo, um modelo promíscuo, esse do balcão de negócios. Eu não me canso de repetir a definição que tenho, mais popular, para esse promíscuo modelo de assalto aos cofres públicos do País, que é o do loteamento dos cargos públicos, para que, com o aparelhamento do Estado brasileiro, alguns poucos se beneficiem do esforço coletivo de todo um povo.

Então há essa conexão, sim, a conexão do mensalão com o petróleo. Mas não para aí, é evidente que isso vai além, Senador Cristovam Buarque. Se nós instalarmos aqui a CPI do BNDES, verificaremos que a conexão vai além. Se nós instalarmos também a CPI do setor elétrico, verificaremos que a conexão foi um pouco além. E, se instalarmos a CPI dos fundos de pensão, o que poderemos revelar ao País?

Acho importante, na atividade pública e no Parlamento especialmente, haver noção de *timing*. Em 2009, e V. Ex^a é testemunha disso, nós batalhamos aqui, para chegarmos à instalação da CPI da Petrobras. Imagine o quanto o País teria deixado de perder, se, em razão das revelações daquela CPI, que produziu – paralelamente, é evidente, porque o relatório final foi a grande pizza servida pela maioria governista, mas um relatório paralelo que produziu 18 representações com denúncias das mais graves em relação à administração da Petrobras. Nenhuma providência o Poder Executivo adotou, e não diga o Poder Executivo, por meio da Presidente da República, que não foi informado dos desvios, dos delitos praticados, das irregularidades constatadas.

Se providências tivessem sido adotadas, a Petrobras não estaria no chão. Se as providências tivessem sido adotadas, o prejuízo não seria esse monumento à corrupção que se consagra no Brasil na atualidade. O povo brasileiro não teria perdido o tanto que perdeu.

As providências não foram adotadas – noção de *timing*. Agora, não é mais momento para a CPI da Petrobras, como se instala lá na Câmara dos Deputados, porque a investigação judiciária avançou extraordinariamente, quebrou a caixa-preta, revelou e está revelando todas as mazelas das gestões subsequentes na Petrobras. Nós temos é de louvar, aplaudir e dar sustentação política ao trabalho que realiza o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Justiça Federal.

Esse deve ser o dever do Parlamento brasileiro nesta hora. E, com noção de oportunidade, avançar investigações em outras áreas ainda não alcançadas. É a hora de investigação no BNDES, no setor elétrico, nos fundos de pensão.

Ora, ainda agora, na alegria da comemoração festiva do Carnaval, fala-se que uma ditadura da Guiné Equatorial teria financiado uma escola de samba no Rio de Janeiro, a campeã, Beija-Flor. Não discuto essa questão, não a conheço, não tenho informações, mas isso me remete ao BNDES e ao Governo brasileiro. Nós não estamos resistindo, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, ao desejo do Governo brasileiro de perdoar dívidas de países ditatoriais da África?

Estamos, sim! O Governo quer perdoar dívidas de países da África, ditaduras corruptas que esmagam seus povos, tendo o perdão de dívidas contraídas junto ao Governo brasileiro por meio do BNDES. E o Governo alega que quer retomar essa relação econômica com esses países e que, para que possa contrair novos empréstimos, através, sobretudo, de grandes empresas empreiteiras de obras públicas, é preciso zerar o déficit dessas nações com o nosso País, como se estivéssemos jogando dinheiro pela janela, sem problema algum neste País, sem demanda social nenhuma a ser atendida pelos governantes.

Além disso, o que nos remete a essa discussão hoje é a existência de empréstimos que se sucedem. Há países que se distanciam, muitas vezes, da postura ética no momento da execução de obras públicas financiadas pelo BNDES através dessas empresas empreiteiras. A transparência internacional, em determinado momento, alertou-nos para a hipótese de estar o Brasil estimulando a corrupção internacional e, dessa forma, afrontando acordos celebrados no sentido de combater a corrupção internacional.

E como se daria o estímulo à corrupção nesses países com obras financiadas pelo BNDES? As obras são entregues, é o que se propala, àquelas empresas empreiteiras que chegam com os recursos para a sua execução e, nesse caso, a licitação não prepondera. Não há nenhuma preocupação com a seriedade e correção dos procedimentos no ato de escolha de quem realiza a obra, dando-se margem ao surgimento de empresas que se organizam paralelamente para o repasse de recursos e ocultação de valores de forma desonesta, incluindo-se aí o pagamento de propina a burocratas de outras nações.

Essa foi uma preocupação suscitada pela transparência internacional em determinado momento, quando desta tribuna nos pronunciamos a respeito desses empréstimos. Seria esse um dos componentes mais graves na análise desta questão, e que está a exigir a instalação urgente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que antecipe o trabalho que certamente virá como consequência da CPI através do Ministério Público Federal,

Polícia Federal e Justiça Federal. O *know-how* está sendo adquirido aos poucos por essas instituições valiosas que consagram reputação com a independência que adotam nos procedimentos atuais.

Portanto, há remessa de recursos para o exterior através das empreiteiras de obras públicas, supostamente para a execução de obras na Venezuela, no Equador, no Peru, no Paraguai, nos países africanos, em Cuba, em Angola, etc., e o Congresso Nacional apoia, em silêncio, medidas provisórias que transferem recursos do Tesouro Nacional ao BNDES. Lembro-me de mais de R\$400 milhões nos últimos anos. Recursos que são transferidos para o caixa do BNDES exatamente para cumprir esse desiderato, em um desvio de finalidade visível, embalando regimes autoritários em outros países ou repúblicas populistas em outras nações, que iludem a população, especialmente da América Latina, com um comportamento empreendedor que fica muito distante do que podemos chamar, legitimamente, de interesses populares.

Enfim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós temos um mandado de segurança, no Supremo Tribunal Federal, que diz respeito a esse tema. Depois de insistirmos, utilizando-nos, meu caro Líder Cunha Lima, da Lei de Acesso à Informação para a obtenção das informações sobre os empréstimos denominados de sigilosos, com aquela tarja vermelha de sigilo, empréstimos a Cuba e a Angola, sem que a população do País, que paga impostos, possa saber para quê, com que objetivo, com que prazo de carência, com que taxa de juro, qual a hipótese de retorno desses recursos, quais as vantagens do Governo brasileiro e do povo brasileiro nesses empréstimos.

Alegou, ao responder o Governo da União, que esses empréstimos obedecem à legislação daqueles países. E nós rechaçamos o conceito não o admitindo, indagando se o Governo brasileiro prefere respeitar a legislação de outros países a respeitar a sua própria; se prefere respeitar a legislação de outros países – inclusive de regime ditatorial – a rasgar a Constituição de um país democrático como o nosso. É essa a indagação que tem que ser formulada.

Ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, indagamos da mesma forma. Obtivemos a mesma resposta e rechaçamos com a mesma assertiva.

E o caminho foi o Supremo Tribunal Federal. Lá está o mandado de segurança para completar aniversário. Estamos aguardando que o Supremo possa dar resposta a ele, julgando.

A tentativa é de descobrir o que faz o Governo com o dinheiro brasileiro. Ora, se um Parlamentar não tem mais o direito de obter informações do Poder Executivo a respeito dos seus negócios – que deveriam ser públicos e transparentes –, o que fará a oposição em um país com essa característica democrática ímpar? É por isso que dizem que a pior ditadura é aquela que vem travestida de democracia. Se não podemos informar ao povo brasileiro, que trabalha duro e paga impostos, o que o Governo faz com o seu dinheiro, o que fazemos aqui? Essa é uma indagação necessária.

Aguardo.

O Relator Luiz Fux certamente, competente Ministro do Supremo Tribunal Federal, nos poupará desse desconforto diante do povo brasileiro e nos permitirá abrir essa Caixa de Pandora.

Enfim, é direito, sim, da nossa gente saber o que faz o Governo do País com o seu dinheiro.

E apresentamos também, Senador Cristovam, um projeto que parou na Comissão de Relações Exteriores, já que o Senador Eduardo Suplicy pediu vista, que impede a realização de empréstimos sob a égide do sigilo bancário.

Se é um empréstimo com dinheiro público, banco público, a outra nação, não há razão alguma para o sigilo.

Imaginem, se o Bird ou o BID celebrassem empréstimos com nações do mundo sigilosamente, o que ocorreria no Parlamento dos Estados Unidos da América do Norte.

Eu concedo, Senador Cristovam, com prazer, o aparte que solicita.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Já a partir dessa última frase sua, Senador, os Estados Unidos são o país, talvez, mais liberal, pelo menos dos grandes países, mas um banco não pode emprestar dinheiro a Cuba, as empresas comerciais não podem fazer negócio com Cuba, ou seja, o sigilo tem limites quando se trata de interesses nacionais. Aqui, um banco público se resguarda com o direito de esconder informações ao público, ao povo. Isso não pode! A luta do Paim para que aqui acabássemos com o voto secreto eu acho que a gente precisa levar, também, para acabar com os segredos do Governo e os segredos das agências públicas. Quer segredo? Muito bem, vá para um banco privado. Não tem nenhum problema. A caixa-preta do BNDES tem que ser aberta, com isso estou totalmente de acordo, mas não era isso o que eu ia falar, embora fosse a respeito do BNDES também. Nós nos acostumamos tanto a ficarmos chocados com a corrupção que não nos chocamos com o descaso. Duas palavras diferentes, mas que, sob o ponto de vista do uso do dinheiro público, têm a mesma consequência.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – É a banalização da corrupção.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não deixa de ser. Ontem, assisti a um programa na televisão, no SBT, sobre escolas na Bahia. Ninguém falou que tinha dinheiro desviado da obra da escola, até porque naquela

obra não dava para ter propina, porque era aquilo que a gente chamava, lá em Pernambuco, de mocambo. Era, e o Senador Cássio sabe bem, na Paraíba, um mocambo, mas aquilo é uma corrupção, porque é um descaso. O descaso é uma forma de corrupção! E o BNDES, independentemente e sem querer levantar suspeitas, embora eu ache que a gente tenha que abrir a caixa-preta, tem tido descaso, por exemplo: com o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Numa das vindas, aqui, do presidente, eu fiz uma pergunta: quantas patentes decorreram de empréstimos do BNDES? Eu não tenho certeza, mas o número que ele disse era coisa como duas, três, algo assim. Não é sério um Banco do Desenvolvimento Econômico e Social que não prioriza financiamentos de empresas que trazem desenvolvimento científico e tecnológico. O correspondente ao BNDES, na Coreia, negava emprestar a empresas que não tivessem e que não estivessem trazendo inovação científica e tecnológica. Algumas destas empresas das quais compramos produtos coreanos, no mundo inteiro, hoje, eram indústrias de outro tipo de atividade, como papel – a própria Nokia fabricava papel higiênico e mudou para fazer telefones celulares. Na Coreia, o empréstimo é vinculado ao desenvolvimento científico e tecnológico; aqui, a gente viu empréstimos para empresas que nada têm a ver com inovação: empresas tradicionais; empresas comerciais, como a gente viu a tentativa de fusão de duas grandes empresas comerciais, Senador Hélio José, que, de tanta pressão que se fez, recuaram, mas ia ser feita; frigoríficos, que não têm inovação científica e tecnológica do ponto de vista disso que representa a grande demanda do futuro. Eu quero chamar atenção para este lado – o lado do descaso –, que é tão nocivo quanto a corrupção, para o futuro do País. Eu não vou discutir qual é o de maior grau de criminalização, até porque os dois são criminosos, mas a gente precisa descobrir a corrupção que está por trás do descaso: o uso do dinheiro público sem ser apropriado pelo privado – que é o que significa corrupção –, mas jogado fora, porque o uso dele não traz os benefícios de que o País precisa. E o BNDES é um exemplo disso. Havendo a CPI, acho que a gente tem que analisar não só possíveis formas de corrupção, mas também descaso nas políticas de investimento do dinheiro que sai do Tesouro. Não é para enriquecer apenas empresários, embora esse seja um direito deles, desde que façam aquilo que é importante, paguem impostos e gerem emprego! Mas o importante é o avanço científico e tecnológico, e esse banco, se não fizer isso, está cometendo descaso, o que também é um crime!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Cristovam, V. Exª traz um componente essencial a este debate: descaso, banalização da corrupção, desinteresse, omissão, cumplicidade. Eu vou concluir, porém concederei ainda o aparte ao Senador Cássio Cunha Lima.

Mas a indagação que eu pretendia formular a partir da contribuição de V. Exª ao nosso pronunciamento é exatamente esta: quanto o País teria evitado de desperdício, de prejuízo, de desvios, se o Governo não tivesse se comportado com descaso, quando, em 2009, protocolamos 18 representações com denúncias gravíssimas em relação à administração da Petrobras? Quantos bilhões de dólares?

Na verdade, uma empresa de mais de US\$300 bilhões de patrimônio foi reduzida a uma empresa de cerca de US\$150 bilhões. Um prejuízo de mais, portanto, de US\$150 bilhões. Quanto este País teria deixado de perder se o descaso não prevalecesse? A banalização da corrupção que fez com que o povo brasileiro, ante um governo populista, ficasse cego diante dos escândalos e aceitasse passivamente a corrupção como algo inevitável. Isso é que leva à bancarrota.

A Petrobras foi à bancarrota, o País está com crescimento negativo, não se desenvolve, as oportunidades vão sendo desperdiçadas e o povo brasileiro vai sofrendo as consequências, porque há o descaso. Essa palavra de V. Exª, nesta hora, traduz o nosso sentimento em relação a esse Governo: é o Governo do descaso, da irresponsabilidade, da incompetência, da corrupção, da promiscuidade absoluta entre os poderes. Este é o Governo que nos desgoverna neste momento.

Eu concedo aparte ao Líder Cássio Cunha Lima, com prazer.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Senador Alvaro Dias, cumprimento V. Exª sempre pela lucidez, clareza, firmeza com as quais trata os temas de interesse do País no exercício do seu mandato e, também, não faz muito tempo, pelo brilhantismo na Liderança que hoje tenho a honra de exercer em nossa Bancada. Quero trazer dois comentários e uma informação à Casa e ao Brasil que nos acompanha pela TV Senado. Ontem parte da população brasileira acompanhou de perto a apuração do Carnaval do Rio de Janeiro, das escolas de samba, como havia ocorrido na data anterior em São Paulo. Parabéns à Beija-Flor, parabéns à Vai-Vai, pelo título no Carnaval dos dois Estados brasileiros que têm maior destaque com as suas escolas de samba. A vitória da Beija-Flor traz à tona mais um fato a ser alvo de questionamento e de investigação. Como se não bastasse o patrocínio de uma ditadura, da Guiné Equatorial, o jornal *O Globo*, pelo menos vi na primeira página, traz a informação de que os R\$10 milhões concedidos, a título de patrocínio, à Beija-Flor teriam origem na Queiroz Galvão e na Odebrecht. Estaremos, então, dirigindo um pedido de informação ao BNDES para indagar se há financiamento do banco a obras naquele país, especificamente a essas duas empresas, porque aí estará se constatando, na expressão do Senador Cristovam, mais um descaso e uma triangulação, onde o Esta-

do, aparentemente, não participa do patrocínio daquela escola especificamente. Teria, portanto, por isonomia e equidade, de patrocinar todas as escolas, e o faz por via transversa, na triangulação do financiamento feito pelo BNDES a uma empresa que trabalha num país africano e que devolve o dinheiro através de patrocínio a uma escola de samba. A escola Beija-Flor nada tem a ver com isso. Nós não estamos criminalizando a escola, que tem o nosso respeito – apesar de eu ser mangueirense, tenho a minha predileção pela Mangueira, que foi muito mal este ano, por sinal, estava torcendo que não fosse rebaixada e não foi. Mas o País chegou a este ponto: chegou ao cúmulo de estarmos debatendo agora, pedindo investigação e informações sobre patrocínio de escola de samba. A que ponto chegamos! E como se também não fosse relevante tudo o que aconteceu nos últimos dias em relação a toda essa polêmica causada pela audiência secreta, concedida pelo Ministro da Justiça. E aqui trago, para o conhecimento da população brasileira, que durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi editado o Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002, criando regras para concessão de audiências por parte dos agentes públicos. E uma das regras mais claras é, obviamente, a transparência, a publicidade do que estará sendo tratado e por quem será tratado. Então, se perguntarem qual crime o Ministro cometeu, há, sim, o deslize do descumprimento de um decreto que estabelece as regras para concessão de audiência por parte de autoridades da Administração Pública Federal, direta, autarquias, etc. Portanto para não prolongar-me neste aparte, Senador Alvaro, essas duas informações e todo esse sentido de perplexidade que não se encerra. É impressionante como há um manancial quase que infindável de oportunidades, de escândalos, de dúvidas, de utilização descuidada do dinheiro público e que o Brasil já não tolera mais. Felicito, ao encerrar, mais uma vez o pronunciamento de V. Exª e deixo ciente a Casa das providências que, pela Liderança do PSDB, estaremos tomando para esclarecimento de mais esse episódio.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Obrigado, Senador Líder Cássio Cunha Lima, os cumprimentos a V. Exª pela brilhante atuação neste início de mandato como líder do nosso Partido, o PSDB; V. Exª permanentemente presente, dedicado e competente, talentoso, representando, como Líder, as aspirações da Social Democracia Brasileira.

Concedo a V. Exª, Senador Hélio, o aparte que solicita.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Alvaro Dias, o senhor que já foi governador do Estado do Paraná e Senador por muito tempo sabe das dificuldades que é ser governo, independentemente de ser oposição ou de ser base aliada. Eu acho que esse descaso é inaceitável, realmente tem que ser tratado com relação a várias obras públicas nacionais, seja de usinas hidrelétricas, de linhas de transmissão, seja da Petrobras, seja o que for, acho inadmissível. Acho eu que o Governo brasileiro, hoje, com várias medidas de apuração de caso, tem levado à tona realmente a possibilidade de analisarmos isso e nós temos que cobrar aqui a apuração e a análise dos fatos. Acho que estamos fazendo muito corretamente. Eu só queria dizer que é muito honroso fazer parte desta Casa, compartilhar com V. Exª, que, além de um excelente orador, é um homem público de larga envergadura, que muito contribuiu e tem contribuído para este País, e eu, como engenheiro eletricista, acho que há coisas importantes em que o BNDES precisava investir, como, por exemplo, na questão da captação de energia solar via fotovoltaica, via heliotérmicas, e outras questões, financiamentos altos que precisam ser feitos. Deve-se fechar a torneira desses descasos, exatamente para propiciar que isso possa trazer um alento para o povo brasileiro e melhores condições até de governabilidade, de utilização da energia. Essa energia disponível, que é a energia do Sol, não pode ser desperdiçada com tanta gente passando dificuldade. A nossa matriz energética é muito dependente de alguns setores muito caros, tipo termoeletrico e outros. Não dá, não se pode ficar nessa dependência toda da hidroeletricidade. Como um servidor público de carreira da área da infraestrutura nacional – sou servidor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –, trabalhando exatamente na área do PAC, sei das dificuldades que há em várias obras, que as coisas não estão andando como deveriam andar, muitas vezes até por falta de uma maior quantia de dinheiro, que, de repente, está sendo investido em outras e que não deveria ser. Então, por isso, quero dizer a V. Exª, que tenho o maior respeito, a maior atenção pelo que é colocado por V. Exª aqui, independentemente de eu ser base aliada e V. Exª ser da oposição, acho que não vem ao caso. Estamos aqui pelo bem do nosso País, colaboro com as palavras do Senador Cristovam, realmente há alguns descasos que têm que ser tratados; com essa questão que o nosso colega, Excelência, Senador da Paraíba Cássio Cunha Lima, colocou aqui, que são problemas graves, acho que tem que apurar de fato. Quero me solidarizar também com o povo da Beija-Flor, como o povo da Vai-Vai; com o povo de Brasília, que fez um Carnaval um pouco sem recurso, mas que fez. Acho que é uma festa maravilhosa e que tem todo o nosso apoio, só não podemos colaborar com esse tipo de financiamento, e aí, realmente, V. Exª tem total razão, Senador Cássio Cunha Lima, de solicitar as informações, porque acho que o dinheiro público tem outras destinações mais republicanas, estamos aqui exatamente para isso. Obrigado, Senador. Para mim, é um prazer conviver com V. Exª. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Eu que agradeço, Senador Hélio José, pelas palavras generosas e de estímulo. Seja bem-vindo a esta Casa. Sei que a sua contribuição, especialmente no campo técnico, já que é engenheiro, será da maior importância para os trabalhos neste período legislativo. E transmita ao Governador Rollemberg os nossos cumprimentos. Desejo que ela possa superar todas as dificuldades que herda agora, no momento complexo da Administração Pública do Distrito Federal.

Senador Cristovam, se desejar, será um prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Era apenas para dizer...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Apenas queria dizer que, em complemento às afirmações do Senador Cássio Cunha Lima, enquanto uma ditadura de um país africano financia uma escola de samba no Brasil, o Governo brasileiro quer perdoar dessas ditaduras africanas as suas dívidas com o povo brasileiro.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Apenas para dizer, Senador Cássio, que, quando eu vi todo esse noticiário, fiquei com vontade de fazer uma carta a esse dirigente, pedindo que ele mande dez milhões para a escola pública e não só para a escola de samba, com todo o respeito e carinho que eu possa ter, mas que aqui a gente tem como fazer isso. Eu acho triste ter que buscar recursos no exterior, ao mesmo tempo em que estamos perdendo dívidas, embora não saiba se exatamente desse país, que é tão rico em petróleo. Mas eu estava pensando também... Não sei se lá há um Parlamento – provavelmente não – livre, mas, se houver, esse tema devia merecer uma CPI, para saber o que leva um governo de um país africano a transferir dez milhões para financiar um desfile de escola de samba em outro país.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Imagino que lá as dificuldades sejam intransponíveis, já que é um país ditatorial e certamente impedirá que essa descoberta se dê através do Parlamento.

Mas eu quero concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradecendo a todos que apartearam, contribuindo com conteúdo para com esse nosso modesto pronunciamento, que tem por objetivo iniciar esse debate neste ano de 2015.

Fizemos referência à CPI Petrobras de 2009 e à oportunidade dela, às representações que dela decorreram junto ao Procurador-Geral da República para afirmar que, se o Governo tivesse adotado as providências em razão daquelas denúncias, nós não estaríamos comemorando, de forma trágica, esse monumental prejuízo a que foi submetido o povo brasileiro.

É por isso que eu imagino, Senador Paulo Paim, que, se instalarmos uma CPI do BNDES, uma CPI de fundos de pensão, uma CPI do setor elétrico, certamente nós vamos produzir informações ao Governo que permitiriam a adoção de providências para evitar prejuízos maiores no futuro.

Daqui a alguns anos, quem sabe, não estaremos diante de mais um monumental escândalo de corrupção em razão da omissão, em razão da leniência e da cumplicidade?

Porque não investigar agora é ser cúmplice já que há indícios de desvios monumentais e nós só teremos condições de superar esse impasse, elucidar essas dúvidas se iniciarmos procedimentos para uma investigação competente.

Espero que – o Senador Líder do DEM, Senador Caiado, já iniciou a coleta de assinaturas com a pretensão de instalar a CPI do BNDES – os Srs. Senadores contribuam para que as assinaturas regimentais sejam alcançadas a fim de que se possa instalar essa CPI em nome do respeito que devemos devotar ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem, Senador Alvaro Dias, que faz seu pronunciamento no sentido de um alerta.

Passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Em seguida, à Senadora Gleisi Hoffmann. Ou seja, na sequência, o Senador Cristovam Buarque e o Senador João Capiberibe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ontem o Ministro Levy comunicou, desde Nova York, que a taxa de crescimento esperada para 2015 é de menos meio por cento. Tudo indica que, ao fechar definitivamente as contas de 2014, será também negativa, pertinho de zero.

Quando eu vi isso, Senador Hélio, eu fiquei pensando como estamos em um momento hoje diferente de dez anos atrás. Que diferença! Há dez anos, Senador Cássio, o Brasil era o país emergente preferido internacionalmente como exemplo. Era um país que tinha estabilidade monetária e crescimento econômico. Perdemos a estabilidade monetária e não temos crescimento.

O Brasil é um País que tinha a sofisticação e o reconhecimento por uma rede de proteção social, a Bolsa Família consequente da Bolsa Escola. Mas há dez anos a Bolsa Escola tinha passado de quatro milhões para, se não me engano, oito e chegar a 12. Era um exemplo mundial, mas estamos perdendo por causa da inflação.

Cada mês, o bolsista do Bolsa Família recebe um valor menor em poder de compra do que anteriormente.

O Brasil, dez anos atrás, já estava com toda a ideia de que iríamos nadar em petróleo, Senador João Capiberibe, e que entraríamos na Opep e que seríamos um país com dólares para fazer tudo que fosse preciso, primeiro solucionando totalmente a educação, depois desenvolvendo ciência e tecnologia.

Nós tínhamos, Senador Paulo Paim, – e aqui lhe toca até bem – programas reconhecidos mundialmente pela capacidade de pagar dívidas históricas como as quotas, como o Fies, com o ProUni. Nós éramos um país francamente emergente.

Para não esquecer mais um item, dez anos atrás, o Brasil é um país com imensa presença internacional. Graças ao oito anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e graças à dinâmica e à popularidade internacional do Presidente Lula, associado ao grande Ministro de Relações Exteriores que Sua Excelência teve, Celso Amorim.

O que aconteceu que – em dez anos – estamos hoje envolvidos em uma tragédia da corrupção, nós estamos com a inflação sem ser controlada, que nós estamos em depressão econômica, que nós estamos com falta de água em grandes cidades, com a clara possibilidade de falta de energia, com a balança comercial tendo déficit como nós nunca vimos, e as contas públicas em déficit como nós nunca vimos, fazendo aquilo que os economistas chamam de déficits gêmeos, que são os déficits das contas internas e os déficits nas relações exteriores. Nós vemos, dez anos depois disto, o Brasil envolvido em uma crise política absolutamente inimaginável pela falta de clareza dos partidos, pela degradação da forma como as campanhas são financiadas, pelos jogos que envergonham a todos nós como vimos dentro, muitas vezes, na aprovação de projetos de lei ou mesmo na eleição de dirigentes.

O que aconteceu? Onde é que nós erramos? Nós erramos. Não foi um terremoto que devastou o Brasil, não foi uma tromba d'água em todos os 8,5 milhões de quilômetros quadrados que inundou o Brasil. Senador Capiberibe, onde é que nós erramos? Onde é que nós erramos para, dos indicadores tão fantásticos de um país que era exemplar, termos indicadores negativos de uma nação que, hoje, é deboche na imprensa internacional? Onde erramos? O que aconteceu? E nós, que já estávamos aqui, erramos mais ainda, porque somos os líderes deste País.

É claro que a gente pode buscar muitas razões de erros. Na economia, por exemplo, gastamos mais do que era possível. E muitos de nós subimos aqui para dizer isto: não dá para insuflar o consumo nesta dimensão, porque faltará poupança; sem poupança, não há investimento; sem investimento, não haverá crescimento. Gastamos demais. O Governo gastou muito mais do que era possível, não apenas do ponto de vista do desembolso de recursos, como também abrindo mão de impostos para incentivar a venda de automóveis e de outros produtos industriais, o que, no fim, não trouxe o impacto que era prometido de aumento da taxa de crescimento; como também na promessa de Copa do Mundo, em que eu cheguei a ver 3% de crescimento, e ninguém viu o resultado.

Nós podemos buscar muitos erros cometidos, muitos, mas eu acho que há um que é fundamental: foi na política. Nós erramos na maneira como as lideranças nacionais, nós, nos organizamos, desde a campanha para sermos eleitos, desde os partidos aos quais nos filiamos, ao tomarmos o poder e exercermos as funções públicas com negociatas, com aparelhamento, sem perspectivas, sem projetos. Não podemos mais jogar a culpa – Capiberibe e eu somos dessa geração –, como a gente jogava, nos latifundiários, nos banqueiros. Não! Nós elegemos um Presidente da República trabalhador, líder sindical, de um partido de esquerda, do qual estão fazendo parte todos os partidos de esquerda, sem exceção, salvo alguns mais radicais, que se afastaram do PT.

Onde foi que nós erramos? Se nós não entendermos isso, daqui a dez anos, talvez, a gente tenha indicadores piores ainda. Onde foi que nós erramos?

Eu passo a palavra ao Senador Reguffe, que pediu um aparte e que muito me honra com isso.

O Sr. Reguffe (PDT – DF) – Senador Cristovam, V. Exª – aqui, eu tenho que lhe chamar assim... Primeiro, eu quero dizer que tenho muito orgulho de fazer este meu primeiro aparte no Senado a um discurso de V. Exª. V. Exª foi meu professor na universidade há 22 anos – o que me orgulha muito –, e uma dessas coisas do destino fez com que 22 anos depois nós estejamos aqui, juntos, no Senado Federal, representando a população do Distrito Federal. Quero aqui fazer um reconhecimento à carreira de V. Exª e dar os parabéns pelo seu aniversário amanhã, já antecipado aqui. V. Exª foi reitor de uma Universidade Federal – a UnB –, foi Governador do Distrito Federal, foi Ministro de Estado, foi Senador da República por dois mandatos e nunca teve sobre a sua história, sobre a sua biografia uma única mancha. Às vezes, neste País, para as pessoas reconhecerem um homem público, ele tem que falecer, ele tem que morrer. E a gente tem que saber reconhecer as virtudes dos homens públicos que a gente tem neste País. Então, eu queria aqui fazer esse reconhecimento a V. Exª, que construiu uma carreira política lutando pela educação, vendo a valorização da educação pública como elemento transformador deste País, e construiu essa carreira sem uma única mancha do ponto de vista ético. Isso precisa ser reconhecido, e eu quero aqui deixar o meu reconhecimento a V. Exª, junto com os para-

béns pelo seu aniversário no dia de amanhã. Quero dizer também que V. Exª faz um discurso muito apropriado para este momento. Nós vivemos, no Brasil, uma grande confusão entre os conceitos de governabilidade e fisiologismo. Governabilidade, no Brasil, virou sinônimo de fisiologismo, e se contraria a Constituição Federal no sentido de que não existe a separação dos Poderes. Hoje Parlamentares e Partidos escolhem pessoas o tempo inteiro na máquina do Estado, aparelhando a máquina do Estado, muitas vezes, sem pessoas qualificadas tecnicamente para aqueles cargos e dando em troca os seus votos no Parlamento. Isso é muito ruim. O Parlamento deveria ser independente. O elogio ia ter mais autoridade, porque ia ser por convicção, e a crítica ia ter mais legitimidade, porque ela não ia ocorrer por uma simples contrariedade de uma demanda no Executivo não cumprida. Nós teríamos um Parlamento que orgulharia melhor a Nação e cumpriria o melhor papel para o contribuinte brasileiro. V. Exª colocou, muito bem, que nós vivemos uma grande crise em vários aspectos. O Governo gastou mais do que arrecada, gerando uma crise de responsabilidade fiscal inaceitável – na minha opinião –, mas nós vivemos também uma crise política, que passa por esse aparelhamento constante. Eu acho, por exemplo – alguns dizem que isso é um sonho, nunca vai ocorrer –, que a pessoa, para estar no Poder Legislativo, não deveria indicar ninguém para o Governo, para que tivesse autonomia nos seus votos, nas suas ações, nos seus discursos e cumprisse um papel. A forma como está o nosso Presidencialismo, no Brasil, de coalizão, faz com que aquilo ali seja uma fábrica de crises, porque é crise atrás de crise, e, se não se contemplar os interesses daquelas forças políticas – que nem sempre são os interesses da Nação brasileira e do contribuinte brasileiro –, o tempo todo vem uma crise nova. Então, nós temos que conseguir pensar no interesse do País e não simplesmente no interesse político das forças partidárias. Enquanto não se resolver esse dilema – e talvez eu não seja vivo para vir ver, e V. Exª, com o seu inconformismo constante, o tempo todo recorre a esse discurso de tentar chamar as pessoas a uma reflexão –, enquanto não se resolver esse dilema, nós não vamos ter neste País um caminho, porque a política, que é algo nobre, passa a ser achincalhada o tempo todo. É claro que os partidos políticos existem para ter o poder e desenvolver políticas públicas para o cidadão. Agora isso não pode ser confundido com o aparelhamento, simplesmente, da máquina do Estado, como existe hoje, em que o Estado parece que existe não para servir o contribuinte, e sim para a construção e perpetuação de máquinas políticas. E aí o tempo todo se cria um Ministério novo para atender a mais um partido. Se for criado um partido novo, tem que haver um Ministério novo. O tempo todo tem que haver mais cargos comissionados. A França possui 4,8 mil cargos comissionados; os Estados Unidos inteiros, 8 mil cargos comissionados – de acordo com resposta a mim, como Deputado, das embaixadas desses países –; e o Brasil, de acordo com uma resposta oficial do Ministério do Planejamento a um requerimento formal meu de informações, possui 23.579 cargos comissionados. Alguns cargos têm que ser comissionados, sim. Mas esse excesso é inaceitável para a administração pública, para o contribuinte. Queria parabenizar mais uma vez V. Exª pelo seu pronunciamento, pelo aniversário amanhã, e dizer que V. Exª conte comigo aqui para travar uma luta em defesa da federalização da educação básica, que é um sonho de V. Exª, e em defesa de que tenhamos um País com uma vida pública melhor para o contribuinte e para o cidadão deste País. Nem sempre vamos pensar igual, até porque nós dois temos nossas posições e convicções muito firmes, mas tenho certeza de que na maioria dos temas estaremos juntos, pensando no País e numa vida melhor para o brasileiro. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador. Quero dizer que – devo ter escutado de alguém, porque acho que eu não conseguiria imaginar uma frase tão boa – o melhor aluno é aquele com quem a gente aprende; e eu tenho aprendido muito na convivência, ao longo desses 22 anos, porque, é preciso dizer, não apenas foi aluno durante dois anos, mas nunca deixamos de ter contato permanente, político e de amizade. Muito obrigado.

Voltando ao que eu falava: onde é que nós erramos? Essa pergunta deveria permear todos nós. Acho que o centro não foi a economia. Não foi nem mesmo a falta de investimentos na educação, que é algo tão profundo para mim. Tudo isso, todos os erros são consequência do erro na política. E, aí, creio que a gente pode listar alguns erros.

Primeiro erro: o custo das campanhas eleitorais. Não há como não haver corrupção com os custos das campanhas eleitorais nos níveis brasileiros, porque como se vão financiar essas campanhas? O dinheiro não cai do céu. De onde você arranca esse dinheiro? Das tetas das empresas, que querem, depois, tirar algum proveito. Então, tem que acabar o custo.

O próprio Senador Reguffe tem falado nisso, Capiberibe também: a ideia de que a campanha eleitoral tem que ser feita com apenas o candidato aparecendo na televisão, sem *marketing* nenhum. Barateia, fica quase que de graça; só tem que pagar a passagem do ônibus para mandar a fita, porque nem é preciso, também, que seja ao vivo. Tem que reduzir o custo.

Segundo: financiamento. E aí minha posição é de que o financiamento por empresas não tem como deixar de ser carregado de desvios, para não usar a palavra corrupção.

O financiamento apenas privado com um limite pode ser o caminho. O financiamento público o povo não está querendo. Além disso, esse dinheiro vai sair de que setores? Talvez o correto mesmo – e creio que o Senador Suplicy já falou isso aqui – é que financiamento de campanha tem que ser uma tarefa dos filiados do partido e dos seus aliados, cada um dando a sua contribuição. Quando a gente baixar o custo, ficará possível isso. Nenhum partido pequeno termina conseguindo. E Brizola é um exemplo, com as campanhas baratas que ele fazia, sem *marketing*, que é o terceiro ponto onde erramos.

Erramos na publicidade, que faz com que, em vez de líderes, tenhamos políticos escolhidos como se fossem sabonete ou cerveja – que aparecem tanto na publicidade. Temos que mudar! Temos que criar uma espécie de Procon para acabar com a mentira na televisão. Nós estamos pagando o preço de campanhas eleitorais caras com financiamentos por empresas interessadas em depois receber beneficiamento e com uma publicidade mentirosa, como a gente viu na última eleição contra, por exemplo, a Marina Silva.

Quarto: a organização partidária. Onde nós erramos para o Brasil deixar de ser um emergente para ser um imergente? Saímos do nadar de braçada para estarmos nos afogando. Onde erramos? Repito: a organização partidária, que nada tem a ver com a ideologia, nem com valores éticos que unam pessoas que querem servir ao público, como Reguffe tanto fala, que é o papel de um político. Nós temos clubes eleitorais, não temos partidos. E esses clubes eleitorais fazem organizações sem nenhuma perspectiva de mudar, de melhorar o País; é apenas o poder pelo poder. E, aqui, incluo todos. Não estou falando dos outros partidos. Qual partido hoje não está viciado na disputa pelo poder? E é capaz de dizer: vamos perder uma eleição por defendermos princípios para um País melhor.

Outro – onde erramos? –: a subordinação do Poder Legislativo ao Poder Executivo. Essa subordinação fez com que o Poder Executivo cometesse erros. Em vez de ouvir o Parlamento e, a partir daí, corrigir o rumo, seguiu no mesmo rumo, esnobando as críticas que aqui eram feitas.

E, ao seguir no mesmo rumo do erro, levou à imersão em que nós estamos, em vez da emergência em que a gente estava há dez anos atrás.

Outro, é a promiscuidade, a promiscuidade com que a gente faz política. Eu nem falo a promiscuidade do ponto de vista do encontro de pessoas diferentes do ponto de vista político, não. Parlamento é para isso, sim; isso não é promiscuidade. Promiscuidade é quando tem troca de favor; promiscuidade é quando acontecem coisas que ficam suspeitas.

Com todo o respeito, o Ministro da Fazenda não devia receber os advogados de empresas que estão envolvidas nesses julgamentos, o Ministro da Justiça. Não devia! É uma forma de promiscuidade. Não vou dizer que é corrupção, não vou dizer que está querendo apagar os crimes, não vou dizer nada disso, mas é uma forma de promiscuidade. E nós temos uma promiscuidade entre os poderes, nós temos uma promiscuidade daquilo que o Lula chamava de a grande elite brasileira, que se entende, se conhece e casou seus filhos entre eles.

Nós temos o aparelhamento. Nós erramos no aparelhamento. O que acontece na Petrobras é resultado do aparelhamento da Petrobras, aliado ao financiamento de campanha. Se fosse só o aparelhamento sem o financiamento de campanha, seria capaz de não ter havido os desvios. Seria o aparelhamento a serviço de um projeto, mas não tinha que encontrar dinheiro para o financiamento de campanhas.

E, finalmente, antes de passar a palavra ao Senador Capiberibe e ao Senador Hélio José, eu colocaria algo que talvez seja consequência de tudo isso ou mereça uma análise independente. É o imediatismo como nós fazemos política. A gente não pensa dois anos na frente, três anos. A gente pensa, no máximo, no próximo mês. No máximo, no máximo, na próxima eleição. Quem está pensando na próxima geração? Quem está pensando o Brasil daqui a 30 anos? A falta de visão de médio e longo prazo é que levou a sairmos da emergência para a imersão, sairmos de um País que nadava o futuro para um País que está se afogando nos erros que cometeu. Nós precisamos refletir cada vez mais onde é que nós erramos.

O escritor Mario Vargas Llosa, que foi candidato a Presidente uma vez, usou uma expressão bem mais grosseira quando ele perguntou: “Onde foi que nós fizemos besteira?” Com uma palavra bem grosseira que ele usou naquela hora, mas que na linguagem dele caía bem, em relação ao Perón.

Não vou dizer daquele jeito, mas eu digo: onde foi que nós erramos? E, se não entendermos isso, não vamos corrigir. E não voltaremos a ser um emergente em direção à superfície; vamos continuar como estamos hoje, submergindo na tragédia da corrupção, da pouca vergonha na maneira de fazer política, de uma economia cheia de déficits, em recessão, com a população absolutamente deseducada, sem saúde, sem segurança. Nós vamos continuar nessa tragédia de hoje, que é o contrário de dez anos atrás.

Sr. Presidente, eu quero passar a palavra ao Senador Capiberibe, embora esse seria o discurso que eu queria fazer.

Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Muito bem, Senador Cristovam. De fato V. Ex^a tem inteira razão de se questionar onde é que nós erramos. E nós erramos muito. Mas acertamos em algumas questões cruciais para o povo brasileiro. E esse acerto não vem de longas datas. O Brasil é um País, e nós, povo brasileiro, somos um País de pouca cultura democrática. Acho que esse é o grande problema. O século XX, em que se organizou a República neste País, essa República foi organizada por poucos e para poucos. E, ao longo desse processo, quando a sociedade emergia para exigir de fato uma repartição melhor do esforço coletivo, ela é sufocada pelas ditaduras. A última durou 21 anos. E, para a gente reconstituir aquela conjuntura de 1964, de democracia, em que nós estávamos vivendo uma efervescência democrática, em 1964, nós vamos precisar de 42 anos, do dobro. Mas nós estamos caminhando para a democracia. Eu acho que o que está acontecendo no Brasil é consequência da construção democrática, e essa crise que nós estamos vivendo terá uma resposta aqui e da rua. Eu tenho convicção de que em poucos meses nós teremos este Congresso cercado pelo povo, exigindo resposta. A reforma política, por exemplo, nós temos que fazê-la. Não há como postergar. Eu estou totalmente de acordo: financiamento de pessoa física, limitado, acompanhado do fim do voto obrigatório. Aí, sim, nós teremos a militância, que, além de suar a camisa – como nós fazíamos na resistência democrática –, além de arriscarmos nossas vidas, nós éramos submetidos a enorme sacrifício para exercer a militância política, o direito de se opor. Esses dois passos são importantes, mas o fundamental é reduzir os custos da campanha, reduzir geral e impedir essa contratação de cabos eleitorais que nada mais é de que compra de voto. Os partidos não precisam ter militância, e a gente vê aqui, na porta do Congresso, a militância de última hora, contratada para vir para cá. Os partidos deixaram de investir na militância. Eu acho que nós vamos dar um passo adiante; nós vamos sair da crise. Agora é preciso haver agentes políticos com um grau de independência, de equidistância do Governo, porque não dá para atirar pedra em um ou em outro, isso faz parte da história do nosso País; a corrupção faz parte, ela é congênita, ela nasce com a família real mandando tirar as pessoas das suas residências no Rio de Janeiro, na hora da chegada, e, na hora em que Dom João volta para Portugal, ele leva tudo que tinha nos cofres do Banco do Brasil. Então, como é que nós vamos responder a essas questões? O que nós erramos, onde nós erramos? A pergunta é: como acertar daqui para frente? Parece-me que devemos bater a cabeça nessa causa. Nós precisamos acertar daqui para frente. Nós precisamos fazer essa reforma política, reduzir esses custos, não permitir mais a propaganda mentirosa em que você vende um Brasil que não existe, enfim. Então, nossa esperança na retomada do Estado de direito, do Estado democrático é avançarmos com mais velocidade, tanto é que nós tivemos, de fato, um partido de esquerda, um conjunto de partidos de esquerda governando o País, comprometidos com o avanço da mudança. E a política é isso, a política é essa atividade fundamental na sociedade, e o povo brasileiro gosta de política, o povo brasileiro fala de política no café da manhã, no almoço, no boteco, no estádio de futebol. O povo gosta, só que ele se sente distante das suas lideranças. Ele elege, depois esquece quem elegeu. E a responsabilidade não é apenas do Executivo, a responsabilidade é também do Parlamento. Nós temos uma grande responsabilidade com a crise que nós estamos vivendo e agora nós temos de superar essa nossa deficiência em relação às aspirações coletivas. Portanto, eu tenho convicção de que aqui neste Senado alguns Senadores podem ser representativos em tempo de crise, e V. Ex^a é um deles. V. Ex^a pode exercer um grande papel falando com os dois extremos, com as duas pontas. Eu acho que... É esse centro de mediação política que nós precisamos construir aqui no Parlamento. V. Ex^a pode e tem a respeitabilidade e o reconhecimento nosso para conduzir e ajudar a conduzir nesse processo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Eu vou encerrar, mas apenas farei alguns comentários, antes de passar para o Senador Hélio José.

Primeiro, eu entendi a ideia do centro, mas eu acho que a gente precisa mais, hoje, de ponte do que de centro, porque os centros que nós tivemos na política terminaram sendo formas de negar posições: ficavam, na verdade, indo de um lado para o outro. Acho que a gente precisa reafirmar a diferença entre quem pensa assim e quem pensa assim... Como, aliás, se dizia – e eu ainda gosto de dizer: quem pensa pela esquerda e quem pensa pela direita; agora, construindo pontes. Nós precisamos mais de pontes do que de centros.

Segundo a ideia da propaganda eleitoral, quando o Senador estava falando, eu pensei que já temos um excelente Tribunal Eleitoral. Nós precisamos é de um Procon eleitoral agora. Nós precisamos de um Procon eleitoral que fiscalize a venda de produtos falsificados como se fossem autênticos. Talvez, como todo Procon, ele só possa funcionar no dia seguinte à entrega da mercadoria, mas a gente tem de descobrir uma maneira de proibir isso.

Finalmente, sobre... Nós avançamos muito, muito e muito, sem dúvida alguma. Nós estamos melhor hoje do que há 20, 30 anos. Agora, nos últimos 10 anos, aquilo que listei aqui sobre as coisas positivas, eu acho que elas trouxeram todos os avanços que nós tivemos. Nos últimos 10 anos, eu não consigo me lembrar de avanços maiores. O Bolsa Família já existia há 10 anos, o Prouni já existia há 10 anos ou por aí, o Fies já existia, as cotas já existiam, a estabilidade monetária do real já existia. Ou seja, eu considere 10 anos, porque é exatamente o

período em que, creio, não demos mais avanços. Pode ter havido um ou outro que eu tenha me esquecido, mas não tem... No passado, sim! Até antes, um pouco, demos muitos avanços, inclusive o imenso avanço de, em 2002, elegermos um operário para Presidente da República. A eleição de Lula é um dos marcos da história deste País, sem dúvida alguma. Um salto considerável de um país escravocrata para um país de um Presidente operário e sem ter deixado de ser operário do ponto de vista nem de diploma, nem de riqueza ou de casamento com a elite. Um homem do povo. Foi um salto.

E ele deu saltos também nos primeiros anos, por exemplo, o próprio Bolsa Família foi levado a todo o Brasil. Cota, Prouni, Lula é que fez. A estabilidade monetária ele consolidou, até porque, nos últimos anos de Fernando Henrique, ela estava estremecida.

Agora, nos últimos dez, não houve grandes avanços de que eu consiga me lembrar. Houve, sim, uma marcha inexorável e lenta até a situação atual. E era previsível.

O que lamento é que esteja sendo necessária uma catástrofe para a gente aprender a tal da teoria da pedagogia da catástrofe, que é o que aconteceu em São Paulo, com a falta d'água.

Há quantos anos, a gente joga água fora, asfalta e faz estádio em vez de reservatório? E ninguém ligava. Como a catástrofe que talvez a gente tenha de esperar, de que, em qualquer dia desses, os carros não consigam sair do lugar por causa de um monumental engarrafamento, para perceber que vai ter de haver transporte público de qualidade.

Na política estamos vivendo uma catástrofe. Oxalá a gente consiga tirar uma pedagogia desse processo. E o medo é que aconteça – como a chuva vem – de a gente esquecer a falta d'água até alguns anos depois. Essa crise aí de repente a gente vai esquecer e continuar no mesmo rumo.

Com muito prazer, passo a palavra ao Senador Hélio.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Cristovam, é com muita alegria que quero comemorar aqui, junto do meu colega Reguffe e dos demais colegas, seu aniversário amanhã. Acho isso muito importante. Acho que você é um achado para o nosso Distrito Federal. Lembro-me de quando você, um excelente reitor e professor, foi convidado a entrar na vida política aqui, disputando cargo no Distrito Federal. E, com muita dificuldade, levamos a campanha aos vários rincões do DF. Lembro-me de uma memorável plenária em que o senhor me deu a honra de comparecer com meus colegas eletricitários. Estava, naquela época, derrapando lá nos 2%, e ganhamos uma eleição. E, com muita dificuldade no início, nós a terminamos, com aprovação enorme no Distrito Federal. Lembro-me de que o senhor fechou o Governo com uma aprovação muito maior do que 70%, o que deixou Brasília com bastante saudade daqueles anos em que o senhor pôde governar o DF, fazendo várias inovações muito importantes para a nossa cidade, para o nosso Estado, para a Capital do País. Sem dúvida, o senhor é uma autoridade para relatar os assuntos que ora relatou em seu discurso. Eu acho que, realmente, precisamos fazer essa reflexão de onde erramos. Nós estamos vivendo hoje uma dificuldade grande no DF. Tanto eu quanto o senhor e o Senador Reguffe ajudamos muito a vitória do Governo do Distrito Federal. Talvez precisemos sentar, discutir, debater alguns rumos para o DF, para que não erre, para que não demore tanto a acertar – vamos dizer assim. Eu, que convivo há 32 anos da minha vida com uma servidora pública do DF, uma servidora da saúde, uma enfermeira, estou vendo a dificuldade que está sendo hoje esse parcelamento de salário. A gente está ali contando moedas. Não dá para pagar as contas. Eu imagino os professores, o pessoal da saúde, todo mundo que está passando essa dificuldade no DF. Como está difícil! Além das esperanças de urbanização, das esperanças de fazer rápido bastantes coisas que ficaram pendentes e que estão sendo adiadas. Mas eu tenho certeza do empenho de V. Ex^a, do empenho de S. Ex^a, Reguffe, do Senador Capi, que é um amigo de Brasília, e do Senador Paim, em colaborar com nossa Capital do País. Nós estamos à disposição para dialogar, trazer, conversar. Agora mesmo devemos apresentar algumas emendas que os Senadores novatos, tanto eu quanto o Reguffe, teremos condições de apresentar até o dia 24. Vamos procurar ajudar, naquilo que for possível, o Distrito Federal. Vamos reunir nossa Bancada para discutir algumas coisas. Hoje mesmo eu falava com o Ivan, colega meu de formatura e atual reitor da UnB, sobre algumas importâncias que estão acontecendo na UnB hoje. A infraestrutura já está um tanto quanto precária, porque já faz muito tempo que a UnB foi inaugurada, então ele está solicitando de nós algumas ajudas. Mas isso tudo são coisas importantes que nós faremos aqui. Eu quero comentar aqui, com relação ao dito pelo senhor, primeiro que, sem uma reforma política, realmente nós não podemos continuar. Precisou acontecer que o candidato oficial perdesse a eleição na Câmara para que, de fato, ela seja colocada na pauta. Eu acho que ela vai, porque o Senador Renan já deixou claro que vai discutirmos também aqui. Então, nós teremos, até que enfim, a oportunidade de discutirmos o financiamento público de campanha, de discutir o fim desse financiamento pela iniciativa privada da forma como é colocado hoje, e toda a moralidade nesse processo. Para nós que estamos aqui é muito importante que tenhamos condições de fazer um bom trabalho, que sejamos julgados pelo trabalho que realizamos e não pelas concessões ou favores que alguém possa, porventura, ter feito e que vai receber mais ou menos finan-

ciamento de campanha. Então, não deve ser dessa forma. Eu acho que são muito importantes as palavras ditas por V. Ex^a com relação a esse íterim e também com relação a essa confusão. Puxa, que pena! Um País em que apostamos tanto. Eu passei 32 anos no Partido dos Trabalhadores e ajudei em tudo que pude para o Lula chegar à Presidência da República. Tantas coisas boas surgiram a partir dali e, hoje, estamos estagnados, o País está imerso em uma paralisia. Seria muito interessante se conseguíssemos fazer uma grande audiência pública, um grande seminário, sei lá, um grande evento em que pudéssemos discutir este questionamento que o senhor faz: onde nós erramos? Todo mundo: situação, oposição, quem está no meio de campo. O que está faltando é a ponte para se chegar ao acerto. Eu quero fechar dizendo que hoje estou aqui e, quando posso, falo em energia fotovoltaica. O senhor já me ouviu falar por mais de mil vezes nisso, e vou continuar repetindo pelo menos até mudarmos bastante o conceito da matriz energética brasileira, embora não tenhamos apenas a fotovoltaica. Há outros tipos de energia que deveremos discutir aqui. Temos a nuclear, a heliotérmica, novos reservatórios para se poder fazer uma melhor utilização do nosso potencial hídrico. Há um monte de outras questões que estaremos discutindo aqui e que vão suscitar vários debates a respeito do tema. Mas estou provocando isso porque, há dez anos, ninguém falava que a eólica seria a energia tão importante e competitiva que é hoje. Foi preciso haver investimentos sérios do BNDES e de outros, para que pudesse se baratear o preço e hoje a energia eólica ficasse apenas 30% mais cara do que a hidroeletricidade, sendo altamente competitiva dentro do nosso País. Vamos ter de fazer a mesma coisa com as outras fontes. Então, quero concluir dizendo a V. Ex^a que, primeiro, corroboro as palavras do nosso amigo e colega de Bancada Reguffe, quando descreveu e mencionou os bons préstimos feitos pelo senhor à sociedade de Brasília. V. Ex^a só nos orgulha como cidadão, como colega e como morador desta cidade. Quero dizer que o senhor conta e contará sempre com o nosso apoio, com o nosso trabalho e com o nosso conjunto na discussão. Tudo bem que, como o Reguffe colocou e é fato, nem sempre estaremos na mesma posição, nem sempre estaremos com o mesmo tipo de encaminhamento, mas estaremos sempre semelhantes, respeitosos e procurando fazer o melhor para a nossa cidade. Então, o senhor conte com a solidariedade do seu amigo aqui. Estamos juntos e é com muito orgulho – ouviu, Presidente Paim? – que eu tenho o prazer de fazer este aparte e receber este aparte do Senador Cristovam. Como se diz, V. Ex^a, além de ser um colega aqui, é um ídolo que a gente preserva.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD – DF) – Acho que tanto eu quanto o Reguffe temos o prazer de dizer isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado. Muito obrigado e, olhe, graças à sua provocação, eu aproveito para comunicar aos três um convite que lhes vai chegar: no dia 27, ou seja, na próxima quinta-feira, eu estou organizando uma reunião. A gente pegou o termo usado na campanha do Rodrigo Rollemberg, roda de conversa. Vamos fazer uma roda de conversa das 19 às 21, chamando 50 pessoas, para debater que crise é essa, onde nós erramos e que reformas faltam fazer.

Eu gostaria muito de ter a presença dos três e de outros mais. Vai ser num ambiente que não é muito grande, de propósito. Não vai ter palestrante especial e gente ouvindo. Vamo-nos reunir ao redor, é claro, de algumas pessoas mais experientes que estou trazendo, na área de energia, por exemplo, e em outras áreas. Mas as perguntas são: que crise é esta, que é, ao mesmo tempo, fiscal, econômica, social, ecológica, moral e política, e que reformas a gente precisa fazer?

Vai ser na quinta-feira, às 19 horas, no Instituto Legislativo Brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para colocar. Gostaria muito de ter a sua presença também, se estiver em Brasília na quinta-feira próxima. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam. Parabéns pela iniciativa. Agradecemos o convite e vamos procurar estar por lá. V. Ex^a é uma referência para todos nós e um convite seu já é um sinal de que vamos aprender muito só indo lá para ouvir V. Ex^a e os convidados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso. Não vão me ouvir. Eu vou estar junto, entre todos nós ouvindo e todos nós falando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem. Parabéns pelo discurso.

Passamos a palavra ao Senador João Capiberibe.

O Senador João Capiberibe, do PSB, fará, neste momento, o seu pronunciamento.

O Senador Hélio José é convidado para assumir a Presidência.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, na véspera do recesso carnavalesco, esta Casa e a Nação foram surpreendidas com a Instrução Normativa nº 74, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Aprovada, a toque de caixa, em menos de quatro horas, sem a participação do Ministério Público de Contas, que determina que os chamados acordos de leniência, pelos quais pessoas físicas ou jurídicas autoras de infrações podem colaborar nas investigações e apresentar provas inéditas para a condenação dos demais envolvidos no suposto ato ilícito, em troca de benefícios, como imunidade contra processos e garantia de continuar a participar de licitações do Governo, terão que passar pelo crivo do Tribunal de Contas.

Essa decisão, na prática, transforma o órgão em avalista dos acordos com empreiteiras do petróleo, o que estimularia os empresários envolvidos no propinoduto da Petrobras a desistirem de assinar acordo de delação premiada. Para o Ministério Público, a manobra pode prejudicar a Operação Lava-Jato e as investigações, caso chegue aos chefes do propinoduto.

Chama atenção o fato de que essa decisão, coincidentemente, foi tomada, a toque de caixa, como já disse, depois de uma reunião comandada pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com emissários das empreiteiras envolvidas na Operação Lava-Jato.

Segundo matéria da revista *Veja*, em sua edição que chegou às bancas, de forma antecipada, na sexta-feira 13, em razão do Carnaval, durante essa reunião, o representante das empreiteiras teria sido informado de que o ex-Presidente Lula estava entrando em campo, para tentar virar o jogo a favor dos empreiteiros.

Sem entrar no mérito dessas suspeições levantadas pela *Veja*, causa-nos espanto não só a agilidade do TCU na aprovação de tal instrução, mas, principalmente, o fato de o Tribunal ter extrapolado as suas atribuições constitucionais de órgão auxiliar do Poder Legislativo na fiscalização das contas públicas, para se transformar em parceiro do Poder Executivo na celebração desses acordos de leniência e – mais do que isso – um avalista desses acordos, que, na verdade, o deveria fiscalizar, em nome do Congresso Nacional, a quem está constitucionalmente vinculado. É o Congresso Nacional – e não o seu órgão auxiliar – quem dispõe do poder de legislar e adicionar competências ao TCU. É difícil entender, mas o TCU, até em função da pompa que o cerca, é um órgão técnico auxiliar do Parlamento. Competências de tamanha envergadura – que podem dar ao TCU o poder de validar acordos, por exemplo, das empresas investigadas na Operação Lava Jato por crimes como corrupção e formação de quadrilha – não devem e não podem ser decididas internamente por aquela Casa, o que configura explícita violação do artigo 71 da Constituição, que caracteriza o referido órgão como auxiliar do Congresso Nacional, este, sim, titular do controle externo da Administração Pública.

Além disso, causa espanto a forma como referido ato foi editado, sem prévia sequer ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, órgão que obrigatoriamente emite parecer em todas as matérias que serão submetidas à apreciação e aprovação pelos nove Ministros da Casa. Verifica-se, portanto, mais uma infração, também de natureza constitucional, uma vez que não foi respeitado o artigo 130 da Constituição Federal, o qual dispõe sobre as competências dos membros do Ministério Público junto ao TCU.

Além de não haver manifestação oficial do Ministério Público junto ao TCU, causam espanto a pressa como o ato foi editado e as denúncias de ingerência de órgãos do Poder Executivo na elaboração do texto. Decisão dessa envergadura jamais poderia ter sido aprovada em apenas quatro horas, nas vésperas do Carnaval, exigindo, pela sua repercussão, uma ampla discussão, inclusive com a participação do Ministério Público e, até mesmo, uma audiência pública aqui, no Congresso Nacional.

Grave nos parece também a participação do Poder Executivo nessa decisão, por meio da Advocacia-Geral da União, que transforma o TCU, que deveria ser órgão de controle externo dos acordos de leniência, em parceiro da CGU na tomada de decisões que serão sigilosas – ou seja, uma instituição do Congresso Nacional se junta ao Executivo e, juntas, vão trabalhar e vão decidir de forma sigilosa, o Tribunal de Contas e a CGU.

Nesse sentido, buscando esclarecer essas dúvidas que estão sendo levantadas, em nome da Liderança do Partido Socialista Brasileiro, vamos dar entrada, no Senado Federal, em três proposições:

Primeira, um projeto de decreto legislativo sustando a Instrução Normativa nº 74, de 11 de fevereiro de 2015, por ter o Tribunal de Contas da União exorbitado de seus poderes constitucionais de órgão fiscalizador e auxiliar do Poder Legislativo, e se transformado em órgão legislador, o que flagrantemente contraria a norma constitucional;

Segunda, um requerimento de informação ao Presidente do TCU, Ministro Aroldo Cedraz, para que esclareça os motivos da aprovação tão rápida dessa instrução normativa, seus objetivos bem como a participação do Poder Executivo nesse processo;

Terceira, um requerimento de convocação do Presidente do TCU e do ministro-chefe da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams, para que prestem esses mesmos esclarecimentos numa audiência pública do Senado Federal.

A Operação Lava Jato abre um caminho para punir a corrupção como nunca antes vimos na história do Brasil. Por isso, repudiamos quaisquer tentativas de acordos, manobras ou manipulações que possam comprometer as investigações e gerar impunidades tanto de políticos quanto de empreiteiros.

A Operação Lava Jato é um evento histórico de tal proporção que nos faz rememorar a experiência da histórica Operação Mãos Limpas, na Itália, quando o Judiciário e o Ministério Público daquele país conseguiram realizar uma apuração rigorosa que resultou na punição firme da ampla rede de corrupção que há décadas dominava a administração pública italiana. O Judiciário e o Ministério Público italiano são independentes, como também, no nosso País, o Judiciário é independente e o Ministério Público também, que reúnem condições, dentro do processo democrático, de reproduzir no País aquilo que aconteceu na Itália.

Sr. Presidente, para V. Ex^a ter uma ideia do que aconteceu na Itália depois da Operação Mãos Limpas, que mandou para a cadeia empresários, políticos e que causou um *tsunami* na vida política italiana, o preço das obras e serviços na Itália caiu pela metade. E é isso que tem que acontecer no Brasil. O que não é possível é se tolerar a impunidade.

Não vão faltar empresas no País ou fora dele para atender aos apelos de ofertas, atender às licitações públicas feitas sem propina no meio. É chegada a hora de reduzirmos os preços de obras públicas no nosso País. É um absurdo o que se cobra para se construir uma estrada, uma hidrelétrica, enfim. Acho que nós, no Parlamento, e a sociedade brasileira devemos estar atentos, porque a oportunidade é essa.

Eu estou convencido de que o Brasil precisa apoiar inteiramente aquilo que o Judiciário está fazendo, está conduzindo. Esse processo nas mãos do Judiciário merece o nosso reconhecimento e nas mãos do Ministério Público, também.

E, por ultimo, Sr. Presidente...

Pois não, Senador José. Antes de finalizar, passo a palavra a V. Ex^a.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Senador Capiberibe, o senhor foi muito feliz ao levantar esse assunto, porque talvez esse seja o câncer que corrói as entranhas deste País atualmente. Fala-se tanto na crise moral em que nós estamos afundados e no afrouxamento moral sob todos os aspectos e talvez, talvez não, com certeza, daí a descrença da população nos agentes políticos... O senhor mesmo, na semana passada, falou aqui sobre a importância da política. Na verdade, é a política que acaba resolvendo, sendo o elo para resolver todas as demandas, mas, hoje, é quase um xingamento dizer que alguém é político. A mim, honra-me muito. Mas faço coro com suas palavras de que algo precisa acontecer. Lembro-me de, quando o Senador Suassuna, no Conselho de Ética desta Casa, já estava saindo daqui, ele foi emblemático quando falou para todos os Parlamentares na época. Ele disse: "Sr. Presidente, então o senhor não sabe que cada emenda que sai daqui o Parlamentar fica com uma beiradinha?" Aquilo foi emblemático. Na época, assisti àquilo e o vi soltar aquilo, mas não era uma coisa que era novidade, porque isso já era cantado em verso e prosa. E sob esse manto de que Parlamentares ficavam com essa beiradinha dos custos das obras, você ouvia cantar nas esquinas os empreiteiros dizendo: "Ah, eu tenho que majorar, porque tenho que passar as custas". E o senhor levanta muito bem, com muita coragem, esse assunto, porque realmente precisamos, nós temos a oportunidade de passar este País a limpo e de mudar essa história, para que o dinheiro que saia daqui de Brasília chegue totalmente na ponta e não tenha ninguém por aí falando que esse ou aquele político ficou com a beiradinha. Fico contente de ver, Senador Capiberibe, que V. Ex^a, que tem tantos anos de vida pública, tem estofo, estatura para chegar aí na tribuna e falar de cara limpa sobre um assunto que muitos, com certeza, com menos tempo, não teriam. Com certeza, para mim, que estou começando, isso me faz renovar as forças e, com certeza, para a população deste País que lhe assiste traz um alento e um resgate da confiança na classe política. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador.

Senador Reguffe, eu já lhe passo a palavra, vou fazer apenas um comentário.

De fato, eu havia pensado em aposentar as armas, essa capacidade de lutar, essa vontade de transformar a sociedade, que vem da minha adolescência. Mas, diante do quadro que vemos, diante da crise que se avizinha, eu não poderia ficar recuado, tenho de participar ativamente, e fui eleito para isso – V. Ex^a também, o Senador Reguffe, o Senador Cristovam, que passou por aqui, o Presidente desta sessão, o Senador Hélio. É sempre uma decisão difícil, porque isso tem custo. A posição na política tem custos, mas é necessário, porque a sociedade que acompanha nosso trabalho exige que tomemos posição.

Trazar essa decisão do Tribunal de Contas, a Instrução Normativa nº 71 ou nº 74.

Essa Instrução Normativa nº 74 precisa ser explicada à Nação, porque o TCU extrapola a sua função, avança sobre a função do Legislativo, e, por trás disso, ninguém sabe o que existe. Então, é necessário que o Presidente do Tribunal de Contas e o Advogado-Geral da União venham a esta Casa para explicar.

Acabo de dar entrada na Mesa a requerimentos para convidar o Presidente do Tribunal de Contas e o Advogado-Geral da União e o pedido de informação para poder esclarecer à Casa, e aqui nós vamos aprofundar esse debate; e também um projeto de resolução sustando esta Instrução Normativa nº 74.

Com muita satisfação, passo a palavra ao Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (PDT – DF) – Senador Capiberibe, eu quero parabenizar V.Exª aqui pelo pronunciamento e dizer que eu proponho uma mudança na forma de se escolher os Ministros do Tribunal de Contas da União, assim como os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios, e os próprios membros do Poder Judiciário, do Supremo Tribunal Federal e do STJ. Não me parece correto que alguém que vá julgar as contas públicas, as contas de um Governo, seja escolhido por agentes políticos. Isso não me parece ser o meio mais adequado para se escolher alguém que vai ter a responsabilidade de fiscalizar, acompanhar e julgar as contas do Governo. Isso tem que estar totalmente fora de qualquer influência político-partidária. É uma anomalia total e completa no nosso arcabouço institucional que se escolha os Ministros dos Tribunais de Contas, sem nenhum juízo de valor a esse ou àquele, mas ao próprio modelo. Esse é um modelo que precisa mudar. O que eu defendo e estou propondo é que seja feito por concurso público, com mandato de cinco anos. Se a pessoa quiser servir ao contribuinte, servir ao cidadão, ser Ministro de um Tribunal de Contas, ser Conselheiro de um Tribunal de Contas local e até para um Tribunal Superior, por que precisa ser escolhido pelo Governo a toda sorte de influência político-partidária? Será que isso é bom para a sociedade, para o contribuinte? Ou será que, para o contribuinte, seria melhor que fosse por concurso público, com igualdade de condições e com mandato? “Ah, mas depois do mandato, o que é que ele vai fazer?” V. Exª se elegeu Senador, vai cumprir o mandato e, depois do mandato, volta para casa, ou vai fazer outra coisa, ou disputa outra eleição, ou vai fazer um concurso público. Por que tem que ser essa coisa de ser vitalício e escolhido por políticos com influência do Governo, o qual o escolhido vai ter que julgar as contas? Não é correto, como também não acho correto, Senador Capiberibe, Ministro do Supremo Tribunal Federal ser escolhido pela Presidência da República. Não é o meio correto. Se a maioria das ações que ele vai julgar são ações do Governo, isso... “Ah, mas tem vários que julgam com independência.” Correto, parabéns. Mas não é o modelo correto, não estou julgando A ou B, eu não estou personificando essa situação, pessoalizando isso. Eu estou dizendo que não é bom para o País esse tipo de modelo. Em minha concepção, são instituições importantes e que tinham que ter o máximo de autonomia, de independência e de isenção e, em minha concepção, é melhor para o cidadão, para o contribuinte que paga os seus impostos, esses membros serem escolhidos por concurso público do que ser uma indicação política, sofrendo toda sorte de influências político-partidárias, sabe-se lá a troca de quê depois. Para o bem do contribuinte não é – pelo menos em minha modesta opinião.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Obrigado, Senador Reguffe. V. Exª tem inteira razão. Nós precisamos mudar muita coisa em nosso País, mas essas mudanças só quem pode operar são os agentes políticos, aqueles que são delegados pela sociedade, somos nós aqui. Nós, sim, temos o poder delegado para operar essas transformações, essas mudanças. E nós estamos vivendo o momento em que vamos ter que decidir. Esse é um momento importante. No caso em tela, no caso em questão, eu fiquei assustado com o que eu vi.

Em quatro horas se concebe uma instrução, edita-se uma instrução normativa que vai mexer com algo que não é de alçada da execução do Tribunal, mas sim da fiscalização do Tribunal.

Então nós temos que trazer o tribunal para cá. Talvez seja o começo da mudança. Talvez seja exatamente esse o caminho que V. Exª... Não é? Podemos começar a caminhar nesta direção das transformações dos tribunais.

Por último, Sr. Presidente, eu queria fazer um esclarecimento.

O Partido Socialista Brasileiro, na reunião da bancada... Nós somos seis Senadores da bancada e decidimos que aguardaríamos, para nos manifestar sobre a CPI da Petrobras aguardaríamos a decisão do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. E essa decisão que a sociedade brasileira espera e que a imprensa anuncia é sobre o envolvimento dos eleitos, tanto da Câmara como do Senado e também de outros eleitos espalhados pelo País afora.

Por que nós tomamos essa decisão lá atrás? Porque nos preocupa, por uma questão de cautela. Nós vamos instalar uma CPI de cá, participantes desta CPI. E se por acaso um ou outro desses participantes estiverem sendo investigados pelo Judiciário? Seria uma temeridade, no mínimo! No entanto, nós temos uma posição clara de independência do Governo e da Oposição.

Nós estamos na tentativa de construir um diálogo direto com a sociedade, trazer para o Parlamento as aspirações coletivas, aquilo que a sociedade quer ver mudado na política. Esse é o nosso grande objetivo nesse momento. É uma posição difícil, mas nós estamos insistindo nela.

Portanto, nós... Nenhum dos seis Senadores disse que não iria assinar, até porque nós não temos comprometimento com o que aconteceu na Petrobras. E depois, qualquer que seja a manifestação do Procurador-Geral da República envolvendo Senadores, envolvendo Deputados, envolvendo políticos eleitos, a nossa posição é de investigar, doa a quem doer. Essa é a posição do Partido Socialista Brasileiro.

No entanto, nós ouvimos pela imprensa que o Procurador-Geral, Rodrigo Janot, iria anunciar logo depois do Carnaval. Hoje nós estamos na quinta-feira depois do Carnaval e estamos aguardando. Na verdade, terça-

-feira a nossa bancada se reúne mais uma vez e aí, então, nós vamos reavaliar a nossa posição em relação à CPI mista. A Câmara Federal já aprovou a CPI, aqui estão coletando assinaturas, e a nossa bancada é decisiva para completar o número exigido pelo Regimento Interno. Nós vamos aguardar.

É difícil entender. Nós não somos oposição, mas não somos governo. O que nós somos? Nós somos os agentes políticos aqui dentro que buscam entender as aspirações coletivas e nós queremos alargar esta base, nós queremos trazer cada vez mais Senadores para essa posição clara de identidade com o povo brasileiro, que, nesse momento, quer mudança. E quem pode fazer a mudança são os agentes políticos. Por mais que seja desqualificada a atividade política, e é extremamente desqualifica, mas a capacidade de mudar é aqui, ou então o povo na rua, como aconteceu com a Primavera Árabe. Mas o Brasil consolidou a sua democracia e esse avanço que nós demos, esse fato histórico que eu acabo de citar, que é a Operação Lava Jato, com a prisão dos maiores empreiteiros do País, só foi possível graças à democracia. E a democracia pode ir mais longe. Na ditadura, era impossível fazer uma investigação. Nunca houve nenhum tipo de investigação. Na ditadura houve os escândalos, mas as investigações não aconteceram. Mas nós vamos voltar a falar sobre os grandes escândalos da sociedade brasileira. Eu lembro, ainda de memória, um chamado Coroa Brastel, depois houve o caso Capemi, do pecúlio dos militares, que foi uma coisa terrível.

Enfim, o que eu quero dizer é que esse comportamento desonesto, corrupto em relação ao patrimônio coletivo vem de longas datas, mas a oportunidade que nós temos hoje, e essa oportunidade nos foi dada pela Constituição democrática, que custou muito sofrimento, custou muito sacrifício, pode nos permitir fazer este País avançar.

Eu estou convencido disso.

Então, repito, na terça-feira que vem a bancada se reúne às 11h, no gabinete da Liderança, para reavaliar a nossa posição em relação à CPI da Petrobras.

Era isso, Sr. Presidente.

Muitíssimo obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado, Senador Capiberibe. Congratulo-me com as suas sábias e inteligentes palavras.

Está inscrito agora o Senador Reguffe e, em seguida, o Senador José Medeiros, pela Liderança do PPS.

Eu gostaria de convidar o Senador Capiberibe para presidir os trabalhos, se for possível, por favor, ao mesmo tempo em que colabore com as palavras dele: acho que é necessário que o TCU dê explicação a esta Casa sobre essas atitudes por que nós fomos surpreendidos. Já foram devidamente encaminhados aqui pela Mesa os requerimentos.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Capiberibe e a palavra ao nosso nobre, excelente, Excelência Reguffe, Senador do Distrito Federal.

O Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Democracia Participativa/PSB – AP. Fora do microfone.) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não sei quantas pessoas estão ouvindo isto nesta quinta-feira quase deserta aqui no Congresso Nacional, mas eu vim falar, Sr. Presidente, nesta tarde de hoje, de um tema que é muito caro para mim e que eu considero um tema muito importante para ser debatido pelo Congresso Nacional. Lamento que não haja muitos Parlamentares aqui para escutar e debater este assunto, que é a questão dos impostos sobre remédios no Brasil.

Eu, quando me elegi Deputado Federal, protocolei, no primeiro semestre de 2011, um projeto, na Câmara dos Deputados, que retirava os impostos dos remédios. Seis meses depois, no segundo semestre de 2011, uma proposição também no mesmo sentido foi apresentada aqui no Senado Federal. Dois anos depois, uma outra proposição parecida foi protocolada na Câmara dos Deputados também.

Eu agora, na minha primeira semana aqui como Senador, protocolei uma PEC, uma Proposta de Emenda à Constituição proibindo a tributação sobre remédios de uso humano no Brasil.

Enquanto que países, Sr. Presidente, como a Inglaterra, como o Canadá, como a Colômbia não cobram impostos sobre medicamentos, no Brasil 35,7% do preço de um remédio são apenas impostos. Existem famílias que gastam mais de R\$3 mil por mês com medicamento de uso contínuo. Essa é a vida real das pessoas. E o que o Estado brasileiro faz para solucionar ou pelo menos atenuar isso? Nada. Prefere retirar impostos de

automóveis para baixar preço de automóvel do que retirar imposto de remédio para que quem precisa possa comprar um remédio por um preço mais acessível.

Isso é a corrupção das prioridades. Isso é inaceitável. Ninguém compra remédio porque quer. A pessoa compra porque precisa. O correto seria o Estado brasileiro, Sr. Presidente, distribuir medicamentos gratuitos para toda a população. Isso seria o correto. Mas, na impossibilidade de o Estado brasileiro distribuir remédio gratuitamente para toda a população, o mínimo que o Estado brasileiro deveria fazer é não tributar esse medicamento. Isso é o mínimo.

Eu espero que este plenário vote a PEC que eu protocolei e vote pensando no cidadão, sem ver interesses político-partidários, até porque a tributação, Sr. Presidente, ela tem que ser sobre o consumo supérfluo e não sobre o que mexe com a saúde das pessoas, com a vida das pessoas.

Eu, no ano de 2011, fiz um requerimento formal de informações ao Ministério da Fazenda, solicitando o impacto orçamentário e financeiro dessa medida. Quanto custaria se retirasse os impostos dos remédios? Quanto custa em termos orçamentários e financeiros para a União? Resposta formal do Ministério da Fazenda ao meu requerimento de informações: se retirasse os impostos dos remédios teria uma renúncia fiscal de três bilhões por ano, no ano de 2011, que foi quando eu fiz o requerimento de informações.

Ora, 3 bi no orçamento de 2011, que era de 2 tri e 73 bi, era 0,11% desse orçamento, 0,1% desse orçamento, um impacto ínfimo no orçamento da União e um benefício direto na vida de milhares de famílias deste País.

Qual é o compromisso que tem que ter o Poder Legislativo? É tentar melhorar a vida real do cidadão. Uma família gasta uma fortuna por mês com medicamentos de uso contínuo, e ninguém faz nada, ninguém tem preocupação com isso.

Eu tenho obrigação com a minha consciência, Sr. Presidente, de vir aqui alertar sobre isso, falar disso, protocolar uma proposição, gritar isso.

A tributação sobre medicamentos é inapropriada, inadequada e imoral. Tribute-se cigarro, bebida, automóvel. Aumentem tributos sobre isso. "Ah, mas vai criar uma crise!" Aumente tributo sobre cigarro, sobre bebida. Mas vai tributar remédio?

Eu queria que alguém me explicasse o princípio de se tributar remédio. Na minha opinião, volto a dizer, o correto seria o Governo distribuir medicamentos gratuitos para toda a população. Mas, na impossibilidade disso, o mínimo que o Estado brasileiro deveria fazer é não tributar esse medicamento. Tinta e cinco vírgula sete por cento do preço de um remédio são impostos! Isso não é uma brincadeira!

Eu queria fazer um apelo aqui ao Governo...

E outra coisa, Sr. Presidente, não dá nem para dizer que se retirar impostos de remédios vai beneficiar laboratórios ou farmácias, porque no Brasil existe controle de preços sobre medicamento. No site da Anvisa tem o nome de todos os remédios e o preço máximo que pode ser cobrado ao consumidor de cada um, ou seja, é só reduzir o preço máximo na mesma proporção da isenção que a gente vai ter a garantia de que toda isenção vai ser revertida diretamente para o consumidor final.

Não dá para aceitar isso! A pessoa tem uma doença, precisa comprar um remédio e vai ter de pagar 35,7% do preço do remédio de imposto por causa da sanha de arrecadação do Governo. A Inglaterra não paga tributos sobre medicamentos, o Canadá não paga tributos sobre medicamentos, a Colômbia não paga tributos sobre medicamentos. No Brasil, 35,7% do preço de um remédio são impostos. Isso é inaceitável, Sr. Presidente!

Espero que esta Casa cumpra seu papel com a sociedade, faça essa discussão e vote pensando em quem nós representamos aqui, não para agradar Governo ou interesses político-partidários simplesmente. O nosso compromisso é com a sociedade.

Essa é uma questão real, uma questão que mexe com a vida de milhares, milhões de pessoas neste País, com o dia a dia de milhões de pessoas neste País. Infelizmente, o que se vê hoje é uma total inação por parte do Poder Público com relação a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Senador Reguffe, V. Exª tem inteira razão quanto a se cobrar imposto sobre medicamentos. V. Exª conta com meu apoio nessa proposta.

Dando sequência à lista dos Senadores inscritos e das Lideranças, passo a palavra ao Senador Medeiros, pela Liderança do PPS.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, imprensa aqui presente, pessoas que nos ouvem nesta Casa, amigos que nos acompanham pelas redes sociais, que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos assistem pela TV Senado, ontem fiz um registro aqui acerca da situação por que passa o Estado de Mato Grosso.

Antes de entrar no tema que preparei, eu queria novamente fazer um registro: Mato Grosso, neste momento, está totalmente, ou melhor, parcialmente com suas rodovias bloqueadas por um protesto das trans-

portadoras e dos caminhoneiros, que têm uma pauta de reivindicação que é justa. Esperamos – ontem, já cobramos – que o Governo tome a sério essa questão, porque se refere à vida de um Estado que muito contribuiu para este País e que também é um corredor que liga o Norte ao Sul deste País.

Neste momento, várias cidades estão com interdições. A notícia que temos é a de que isso deve estender-se para o restante do Estado. Pelo que noto, se o Governo não levar a sério essa questão, isso tende a se espalhar. O País tende a parar, porque a questão que eles colocam, a pauta deles refere-se ao aumento de combustíveis, refere-se ao frete, refere-se a pautas que não são apenas do Estado de Mato Grosso, mas do País inteiro.

Um país que vive praticamente da exportação de *commodities* e que optou por ficar refém do transporte sobre rodas, Sr. Presidente, não pode se dar ao luxo de fazer de conta que nada está acontecendo com o setor. No Brasil, se o setor rodoviário espirrar, a nossa produção toda fica gripada. Essa é a verdade. Em outros países, optou-se por haver uma segurança maior, fazendo o transporte da produção, o transporte todo, via trem, via ferrovias. E nós, em algum momento da história, perdemos o bonde – essa é a verdade – e passamos a depender de um transporte caro em termos de patrimônio e também em termos de perdas de vida e dependente.

Ficamos reféns quando alguma coisa não dá certo. Por exemplo, agora, o País corre o risco de parar. No Mato Grosso, já há filas de 20km ou de 30km neste momento. Estou aqui com as páginas dos principais jornais, com os *sites* todos noticiando isso. Esse é um problema que temos.

Espero que isso faça também o País refletir, o Governo refletir que precisamos caminhar na busca de outro modal. Começamos a fazer um embrião de algumas ferrovias, e noto, Sr. Presidente, que elas precisam ser mais bem estudadas. Precisamos integrar mais a malha ferroviária que temos.

Precisamos, nessas concessões que existem, fazer com que elas sejam vantajosas. No Mato Grosso, por exemplo, existem algumas concessões em que transportar a carga até o porto por caminhão ou por ferrovia não faz a menor diferença.

Então, precisamos copiar mesmo. Copiar não é feio. Há modelos em outros países que funcionam muito bem, onde há concorrência.

Dessa forma, mais uma vez, fica esse registro, Sr. Presidente, porque é um fato que está ocorrendo no Estado, mas que diz sobre a vida de todos nós, sobre a vida de todos os brasileiros. Afinal, no Amazonas, em Roraima ou em qualquer lugar deste País, é no lombo de caminhões que chega o pão de cada dia, e, com isso, devemos nos preocupar, e muito!

Mas, Sr. Presidente, hoje, quero fazer um registro aqui, e é uma pena que esta data tenha caído justamente num período pós-Carnaval, em que a audiência das pessoas e a atenção das pessoas estão em outros temas. Mas quero fazer este registro aqui por medida de justiça até. Eu quero falar hoje sobre um Senador que muito orgulhou este País e que muito engrandeceu esta Casa. Aliás, por esta Casa, já passaram homens que fizeram história neste País. E esse Senador de que vou falar agora se trata do Senador Jonas Pinheiro, do saudoso Senador Jonas Pinheiro.

Sr. Presidente, o dia de hoje marca o sétimo aniversário de falecimento do Senador Jonas Pinheiro. Eu não poderia deixar passar a data em branco.

Jonas conjugava habilidade rara, mas essencial na política: a de ser um homem de conciliação e de convicções profundamente estabelecidas, o que o favoreceu a se transformar em uma das referências mais notáveis da política mato-grossense.

A política tem o predado de inscrever na memória do País o nome daqueles cujas ações marcaram a trajetória do desenvolvimento nacional. Nem todos os políticos, porém, alcançam a proeza de ter seus atos decantados pela memória popular. Jonas foi uma dessas raras figuras, Sr. Presidente.

Em certo sentido, a morte, contudo, não é eterna para todos. Somente aqueles cujos atos aparecem impressos na memória coletiva de uma comunidade, de um Estado, de um País parecem sempre eternos para nós. Jonas é uma dessas figuras. Ele se apropriava do tempo, e, por isso, evoco hoje sua memória, ressaltando algumas qualidades que o distinguiram, dentre as muitas que moldaram sua rica personalidade.

De origem modesta, Jonas passou a infância e a adolescência entre pescadores e pequenos agricultores. Apegado às origens rurais, veio a se formar em Medicina Veterinária na Universidade Federal de Mato Grosso. No Parlamento, exerceu mandatos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, onde exerceu dois mandatos seguidos.

Aqui, abro um parêntese, Sr. Presidente. Para exercer dois mandatos seguidos no Senado Federal, tem de ser um bom Parlamentar. Eu me lembro de Darcy Ribeiro, quando aqui chegou a esta Casa. Lembro-me do saudoso Darcy Ribeiro, do grande Darcy Ribeiro! Uma vez, perguntaram-lhe o que é que ele estava achando do Senado, por que ele havia chegado aqui e estava gerando menos polêmica. Ele sempre foi uma figura polêmica. E Darcy Ribeiro disse: “Olha, o Senado é uma Casa interessante, é uma Casa de seniores, e aqui não cabem tantos arroubos”. Ele falou: “Mas também é uma Casa boa, porque são oito anos, o Parlamentar acaba

se esquecendo do povo, e o povo também se esquece dele. E, dificilmente, ele consegue voltar.” É lógico que, nesse comentário, Darcy Ribeiro fez uma brincadeira, mas levantou este particular do Senado: são oito anos. E Jonas acabou exercendo dois mandatos. O povo mato-grossense o reconduziu a esta Casa, como muitos outros Parlamentares que foram reconduzidos à Casa, como é o caso de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Mas, para ele, na sucinta autobiografia, Sr. Presidente, que publicou à véspera da morte, os objetivos da prática política sempre foram claros e diretos. São suas estas palavras – aqui, abro aspas:

Como Deputado e, atualmente, como Senador, quis dispensar especial atenção aos trabalhadores do campo, pois são eles que produzem o nosso alimento. Tenho lutado incessantemente para criar no campo novas condições de trabalho; proporcionar aos agricultores os meios e os instrumentos de produção; prestar-lhes assistência técnica; dar-lhes escolas, hospitais, crédito, estradas e diminuir, senão suprimir, os altos tributos que recaem sobre a produção e que a dificultam diretamente.

Atualmente, quando o agrobusiness brasileiro constitui uma das principais âncoras da economia nacional e quando a agricultura familiar aparece como pilar da segurança alimentar no País, torna-se bastante razoável defender os interesses da produção rural. Para que o milagre brasileiro nos campos se fizesse possível, era necessária a adoção de políticas públicas abrangentes e eficientes.

Neste ponto, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atuação parlamentar do Senador Jonas Pinheiro era insuperável. Para usar um termo moderno, Sr. Presidente, o Jonas não era um Parlamentar *fake*, não era de uma atuação *fake*, como se diz nas redes sociais, não era um perfil falso. Ele realmente vivia o que pregava.

Jonas era a essência do homem do campo. Ele era um legítimo representante daquele pobre homem que puxa a enxada, mas sem preconceitos. O melhor de Jonas era que ele, assim como Giuseppe Garibaldi, era um herói de dois mundos, ele transitava em qualquer ala da política sem deixar de representar o homem simples do campo. Era querido pelo agrobusiness, pelo grande produtor, pelo médio. Ele representava o homem rural em todas as suas escalas, sem preconceito contra o grande nem contra o pequeno.

Lutador incansável, protagonizou a defesa do mundo agrícola, fomentando a prática política que criou o ambiente extremamente favorável para que a produção rural atingisse o estágio em que se encontra. Se o Brasil hoje é um exemplo para o mundo na produção de alimentos, há certamente a colaboração do ilustre Parlamentar.

Falar hoje de agricultura, Sr. Presidente, no Estado de Mato Grosso é até muito fácil, porque Mato Grosso hoje desponta em todos os índices nacionais e, por que não dizer, internacionais. Mato Grosso tem o primeiro rebanho do País. Mato Grosso é o maior produtor de milho, é o maior produtor de grãos, de soja, é o maior produtor de pluma de algodão. Então, falar de filho bonito é muito fácil. De filho bonito todo mundo quer ser pai, não é verdade? Mas Jonas era de uma época em que ele era uma voz que clamava no deserto praticamente sozinho, quando, em Mato Grosso, o cerrado só servia para plantar mandioca. Ele foi um dos pioneiros a defender a agricultura daquele Estado.

Tudo isso o Senador Jonas realizou com muita simplicidade, Sr. Presidente. Talvez, seja esta atitude um dos principais ensinamentos que ele legou para a posteridade: transformar problemas complexos por meio de soluções simples, claras e objetivas. Jonas era uma dessas figuras, Sr. Presidente, e, sem jogar confete, ele muito se assemelhava a V. Ex^a na simplicidade. Um homem torna o cargo grande, mas o cargo não lhe sobe à cabeça. E Jonas era uma dessas figuras, simples, mas aquela simplicidade o tornava grande.

E eu concluo, Sr. Presidente, citando um pensamento também do Senador Jonas Pinheiro, que, a meu ver, sintetizava a forma como pensava a política. Dizia ele:

O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Ao final das contas, o povo anseia, desesperadamente, por dignidade. Simples também são as coisas que o povo não quer: o povo não quer viver na miséria, não quer ser explorado, nem quer ser ludibriado com promessas que nunca se hão de cumprir.

Temos aí um repositório de boas práticas e uma riquíssima fonte de inspiração para o mundo político. O País daria um grande passo se as observasse, porque o discurso dele continua atual. Parece que está falando para os dias de hoje.

E eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de fazer um registro aqui. Após fazer o lembrete dessa data, desse homem que muito orgulhou o Estado de Mato Grosso, o Brasil e, com certeza, esta Casa, eu não poderia deixar de lembrar um fato lamentável que aconteceu também com ele.

Quando ele ainda estava nesta Casa, no cumprimento do seu mandato, o Senador Jonas fez uma apólice de seguro para ele e para a sua esposa, no nome da sua esposa. No quarto ano de mandato aqui, nesta Casa, o Senador Jonas veio a falecer. Regularmente, era descontado no seu holerite, aqui, pelo Senado Federal, em

nome de uma seguradora, as parcelas do seguro, que foram todas pagas regamente. O que aconteceu, Sr. Presidente? Lendo os jornais desta semana, eu fiquei pasmo, porque já se encaminha para o décimo ano. Hoje, nós estamos no sétimo aniversário, e a viúva do Senador Jonas Pinheiro ainda não recebeu a sua apólice de seguro. E, por que não recebeu?

Não recebeu, Sr. Presidente, pela velhacaria que, infelizmente, não é rara nesse meio, nesse mundo dos seguros. A conversa é muito alegre, é muito alvissareira na hora de vender a apólice, mas, na hora de pagar, infelizmente, a maioria dos brasileiros passa pelas mesmas dificuldades.

A esposa do Senador Jonas Pinheiro, Sr^a Celcita Pinheiro, está aqui, na nota do jornal *A Gazeta*, dizendo o seguinte – eu vou ler só um parágrafo, porque, em que pese ter acontecido com a esposa do Senador Jonas Pinheiro, isso acontece todos os dias e, neste momento, com certeza, está acontecendo com muitos outros brasileiros –, vejam bem: “Passados 30 dias do falecimento [diz a matéria], Celcita Pinheiro requereu o pagamento da indenização. No entanto, em dezembro de 2008, a viúva recebeu a informação de que não seria possível o pagamento, porque o Senador teria omitido que tinha um problema cardíaco.”

Ora, Sr. Presidente, aqui fica um alerta sobre o qual devemos nos debruçar, para livrarmos a população brasileira desse tipo de velhacaria.

Eu penso que, se a seguradora se preocupa com esse tipo de coisa, que seja feito um exame, em cada um, na hora de vender o seguro. Que já se faça o seguinte: vamos vender um seguro. Então, se o Senador Capiberibe está comprando uma apólice de seguro, eu, como seguradora, devo lhe propiciar um *check-up* inteiro, já que eu quero me resguardar de qualquer possível doença. Mas eu lhe vendo o seguro, pego o seu dinheiro, enriqueço-me, e, quando você precisa da apólice, não a recebe. “Você tinha gripe, você tinha alguma coisa”. Quem é que pode saber o que está acontecendo?

Recentemente, estive assistindo ao discurso do também saudoso Steve Jobs, dono da Apple, que morreu recentemente. Ele falava para os estudantes em Stanford, numa formatura, que estava bem, que estava curado do câncer. Havia feito todos os exames, mas, dali a um ano, morreu de câncer. Quem é que tem bola de cristal para saber o que está acontecendo? Ninguém sabe o que vai acontecer. Eu não sei se desço da tribuna aqui e tenho um ataque ali. A meu ver, estou bem.

Mas é assim, Sr. Presidente, que o cidadão brasileiro tem sido tratado. O Senador Jonas Pinheiros, após pagar regamente, a sua esposa está aí, numa luta – ela também já idosa –, e não recebeu nenhum centavo.

E, em que pese a Justiça já ter mandado – eu vou citar aqui a seguradora, para que fique o registro – a Federal Seguros pagar, até agora a seguradora resiste em efetuar os pagamentos. Aí, quando terminar essa quizila, provavelmente ela já terá gasto boa parte do que ela deveria receber com advogados, sem falar do desgaste psicológico que uma coisa dessa causa.

Fica este registro aqui, Sr. Presidente, porque precisamos, como Casa Legislativa, começar a pensar também nesse setor, que tanto ganha neste País e que tem esses, vamos dizer, comportamentos não tão republicanos.

São estas as minhas palavras, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Obrigado, Senador Medeiros.

Eu fui colega, por pouco tempo, aqui, do Senador Jonas Pinheiro. Bem pouco tempo, porque fui Senador de 2003 a 2005, em um dos períodos mais conturbados da minha vida. Igual só lá atrás, no período da ditadura militar, em que fui preso e torturado. Não cheguei a isso na democracia.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Foi psicológico agora.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Vivi um drama aqui e conheci o Senador Jonas Pinheiro, sempre muito interessado nos debates em torno da questão agrícola e do seu Estado, que é o Mato Grosso. Era um defensor ferrenho da atividade produtiva.

Portanto, parabênizo V. Ex^a pelo seu discurso, pela homenagem justa prestada ao Senador Jonas Pinheiro.

Recomendo às pessoas que não façam seguro com a Federal, porque fazer seguro com a Federal é risco de não receber apólice na hora em que for necessário.

Portanto, mais uma vez, a Federal Seguros não merece a confiança do segurado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Ou que façam um *check-up* antes.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Democracia Participativa/PSB – AP) – Não havendo mais oradores inscritos e nada a tratar, dou por encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 53 minutos.)

DISPENSA

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 2, DE 2015

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE dispensar, a pedido, o servidor **LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO**, matrícula nº 56422, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo/Assessoramento Legislativo, da Função Comissionada de Diretor-Geral, símbolo FC-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 2015. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

– Publicação extraída do Boletim original nº 5684 Seção 1, de 11/02/2015

RECONDUÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 3, DE 2015

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE reconduzir o servidor **LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO**, matrícula nº 56422, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo/Assessoramento Legislativo, para a Função Comissionada de Secretário-Geral da Mesa, símbolo FC-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 2015. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

– Ato publicado no DOU nº 30, Seção 2, de 12/02/2015

– Publicação extraída do Boletim original nº 5685 Seção 2, de 12/02/2015

DISPENSA/DESIGNAÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 4, DE 2015

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE dispensar a servidora **ILANA TROMBKA**, matrícula nº 54115, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo/Comunicação Social, da Função Comissionada de Diretor-Geral Adjunto de Gestão, símbolo FC-4, da Diretoria-Geral Adjunta de Gestão, e designá-la para o exercício da Função Comissionada de Diretora-Geral, símbolo FC-05, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 2015. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

– Ato publicado no DOU nº 30, Seção 2, de 12/02/2015

– Publicação extraída do Boletim original nº 5685 Seção 2, de 12/02/2015

EXONERAÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 5, DE 2015

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE exonerar o servidor **DAVI EMERICH**, matrícula nº 184620, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo/Comunicação Social, do Cargo em Comissão de Diretor de Secretaria, símbolo SF-03, da Secretaria de Comunicação Social.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 2015. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

– Ato publicado no DOU nº 30, Seção 2, de 12/02/2015

– Publicação extraída do Boletim original nº 5685 Seção 2, de 12/02/2015

NOMEAÇÃO

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 6, DE 2015

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE nomear a servidora **VIRGÍNIA MALHEIROS GALVEZ**, matrícula nº 54190, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo/Comunicação Social, para o exercício do Cargo em Comissão de Diretor de Secretaria, símbolo SF-03, da Secretaria de Comunicação Social.

Senado Federal, 11 de fevereiro de 2015. Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

– Ato publicado no DOU nº 30, Seção 2, de 12/02/2015

– Publicação extraída do Boletim original nº 5685 Seção 2, de 12/02/2015

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

PT - 14

Angela Portela.	RR
Delcídio do Amaral.	MS
Donizeti Nogueira.	TO
Fátima Bezerra.	RN
Gleisi Hoffmann.	PR
Humberto Costa.	PE
Jorge Viana.	AC
José Pimentel.	CE
Lindbergh Farias.	RJ
Marta Suplicy.	SP
Paulo Paim.	RS
Paulo Rocha.	PA
Regina Sousa.	PI

Walter Pinheiro. BA

Bloco Parlamentar Democracia Participativa - 12

PP-5 / PSB-6 / PPS-1

Ana Amélia.	PP / RS
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

PDT - 6

Acir Gurgacz.	RO
Cristovam Buarque.	DF
Lasier Martins.	RS
Reguffe.	DF
Telmário Mota.	RR
Zeze Perrella.	MG

PCdoB - 1

Vanessa Grazziotin.	AM
---------------------	----

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
---------------------	----

Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
PT.	14
Bloco Parlamentar Democracia Participativa.	12
Bloco Parlamentar União e Força.	9
PDT.	6
PSOL.	1
PCdoB.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (PT-PI)
Angela Portela* (PT-RR)	Humberto Costa* (PT-PE)	Reguffe** (PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (PDT-DF)	José Pimentel* (PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (PT-TO)	Lindbergh Farias* (PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (PT-RN)	Marta Suplicy* (PT-SP)	Walter Pinheiro* (PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º - VAGO

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹²⁾ Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹³⁾	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²¹⁾ Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁹⁾ Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽³⁾	Bloco Parlamentar Democracia Participativa (PP/PSB/PPS) - 12 Líder Lídice da Mata - PSB ⁽¹⁵⁾ Vice-Líderes Benedito de Lira ^(14,16) José Medeiros ^(17,18) João Capiberibe ^(1,11) Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(14,16) Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,11) Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(17,18)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB ^(7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁶⁾ Eduardo Amorim ⁽⁵⁾ Marcelo Crivella ^(2,4) Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(7,8) Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁶⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁵⁾ Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,4)	PT - 14 Líder Humberto Costa - PT ⁽²²⁾	PDT - 6 Líder Acir Gurgacz - PDT ⁽¹⁰⁾ Vice-Líder Telmário Mota ⁽⁹⁾
PCdoB - 1 Líder Vanessa Grazziotin - PCdoB ⁽²⁰⁾	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽²⁴⁾	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

2) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Finalidade: Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 6133031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	VAGO
PT			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
PSDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
PTB			
VAGO		1.	VAGO
PP			
VAGO		1.	
PDT			
VAGO		1.	
PSB			
VAGO		1.	VAGO
DEM			
VAGO		1.	VAGO
PR			
VAGO		1.	VAGO
PSD			
VAGO		1.	VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO (3)
PSC
PSOL
VAGO (1)
PROS
SD
VAGO (2)

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVALV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. Em 17.11.2014, vago em virtude de o Senador Marcelo Crivella ter comunicado sua desistência de ocupar a vaga do Partido Republicano Brasileiro ? PRB, conforme Ofício nº 042d/2014 ? GSMC, datado de 11.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
PMDB	
VAGO	
PT	
VAGO	
PSDB	
VAGO	
PTB	
PP	
PDT	
VAGO	
PSB	
VAGO	
DEM	
PR	
VAGO	
PSD	
VAGO	
PCdoB	
VAGO	
PV	
VAGO	
PRB	
VAGO	
PSC	
VAGO	
PSOL	
VAGO	
SD	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-) ⁽³³⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³²⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁰⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁴⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTE
PDT	
VAGO {19,35}	1. VAGO {19,35}
PCdoB	
VAGO {35}	1. VAGO {35}
PSC	
VAGO {35}	1. VAGO {14,35}
PSOL	
VAGO {3,35}	1. VAGO {3,35}
PRB	
VAGO {35}	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dornier, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)⁽¹⁾

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dornier
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-3520

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.**Número de membros:** 12 Senadores e 31 Deputados**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO**

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Atualização: 04/02/2015

Conselho de Comunicação Social**Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991****Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.**

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br

Edição de hoje: 76 páginas
(O.S. 10260/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

